



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ

DAMARES SANTOS MAIA

**RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO
BERNARDINO, MOJÚ/PA**

ACARÁ
Setembro /2019

DAMARES SANTOS MAIA

**RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO
BERNARDINO, MOJÚ/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge

ACARÁ
Setembro/2019

DAMARES SANTOS MAIA

**RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO
BERNARDINO, MOJÚ/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada Pleno em Pedagogia.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. **Dra.** ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE
Orientadora - UFPA

Prof. Dr. DEDIVAL BRANDÃO DA SILVA
Examinador interno -UFPA

Prof. Me. JOHN CLEBER SARMENTO SANTIAGO
Examinador externo - CFR

Dedicado aos meus pais por todo o apoio que sempre me deram durante a minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-Polo de Acará – UFPA, pela oportunidade de estudar o Curso de Pedagogia.

Agradeço também a minha orientadora Prof.^a Dr. Eliana Campos Pojo Toutonge que me orientou durante todo o processo de construção deste trabalho, sempre disposta a me ajudar, tirando as minhas dúvidas, dando sugestões e, me incentivando sempre que precisei. Muito obrigada.

E agradeço também a meus pais Antonio Campos Maia e minha mãe Laura Santos Maia e, aos meus irmãos, Misan de Souza Melo e Darlene Santos Maia e o sobrinho Isaac que são os meus maiores incentivadores em tudo o que eu me proponho a fazer.

A minha equipe de trabalhos na faculdade, Eva Maria, Fellipe Paiva, Patrícia Moreira e Alesandra Gois. Aos amigos Elder Martins e Icaro Silva que continuaram firmes comigo desde o início deste trabalho sempre me apoiando e, dizendo que tudo iria dar certo.

Aos moradores da Comunidade quilombola São Bernardino no município de Mojú/Pa, no qual eu desenvolvi este estudo, aos professores da escola e as lideranças da Associação Quilombola da comunidade.

Não foi fácil chegar à conclusão deste trabalho, não foi fácil, mas com a graça de Deus e com o apoio de todos vocês eu consegui.

Muito obrigada!!

A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui (Jean-Jacques Rousseau).

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar os processos educativos e as relações entre educações (educação quilombola e educação escolar quilombola) na comunidade quilombola São Bernardino, Mojú/PA, tomando as práticas sociais da comunidade com base nas ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, indicar possíveis direções ao currículo escolar e sua prática educativa da escola. A pesquisa, de abordagem qualitativa envolveu uma rápida pesquisa de campo, sendo a recolha dos dados realizada por meio das conversas, observações, visitas no lócus da pesquisa, informações por meio de documentos oficiais da Associação e alguns referenciais teóricos, ademais foi útil também a minha própria experiência de cidadã quilombola. Nos resultados pontuou-se as relações entre as educações com destaque aos desafios de se manter viva as práticas culturais na comunidade, e também de fazer valer o que diz as diretrizes curriculares em relação ao processo de reconhecimento da escola como quilombola na comunidade São Bernardino. Também, pontua-se sobre os desafios de manter vivas as práticas culturais da comunidade, e também de colocar fazer valer o que diz as diretrizes em relação ao processo de reconhecimento da escola como quilombola na comunidade São Bernardino, Mojú/PA.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Educação Quilombola. Saberes.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the educational processes and the relationships between educations (quilombola education and quilombola school education) in the quilombola community São Bernardino, Mojú / PA, taking the social practices of the community based on the actions of the subjects and at the same time. , indicate possible directions to the school curriculum and its educational practice of the school. The research, with a qualitative approach, involved a quick field research. The data collection was made through conversations, observations, visits on the research locus, information through official Association documents and some theoretical references. my own experience as a quilombola citizen. In the results, the relationship between the educations was pointed out, highlighting the challenges of keeping alive the cultural practices in the community, and also of enforcing what the curriculum guidelines say in relation to the process of recognition of the school as quilombola in the São Bernardino community. It also points out the challenges of keeping the cultural practices of the community alive, and also of enforcing what the guidelines say regarding the process of recognition of the school as quilombola in the community of São Bernardino, Mojú / PA.

Keywords: Quilombola School Education. Quilombola education. Knowledge.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1. A HISTÓRIA E A PRODUÇÃO CULTURAL DO POVO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE SÃO BERNARDINO, MOJÚ/PARÁ	16
1.1 - Quilombo, Quilombola, Negro	17
1.2 - A história da comunidade e a produção cultural.....	22
1.3 - Os encontros dentro e fora da comunidade.....	26
1.4 - A pesca, a agricultura.....	29
1.5 - A religiosidade da comunidade.....	33
2. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A ESCOLAR: APRENDIZADOS DA COMUNIDADE À ESCOLA.....	35
2.1 - Sobre a Educação Quilombola.....	36
2.2 - A educação escolar quilombola e a luta do povo.....	39
2.3 - Educação escolar quilombola na comunidade quilombola São Bernardino.....	42
CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
ANEXO	53
APÊNDICES	55

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na manhã de domingo do dia 14/04/2019 chego à comunidade para fazer uma entrevista sobre o estudo com uma moradora. De longe se avista uma movimentação de pessoas na comunidade, crianças, jovens, adultos e idosos que cantavam louvores com ramos de plantas em suas mãos e, seguiam caminhando em direção ao ramal que dá acesso a outras comunidades próximas dali. Ao aproximar-se percebe-se que se tratava de uma procissão religiosa do Domingo de Ramos, praticada há anos. Tal festejo é uma tradição da igreja católica bastante presente em vários lugares do Pará e do Brasil.

Eu, como moradora de um sítio próximo à comunidade frequentei a comunidade durante cinco anos, período em que estudei na escola da comunidade o Ensino Fundamental da 1ª até a 5ª série, pois assim era chamado. Por outros quatro anos fiz da comunidade uma parte do meu percurso escolar, sendo o meu ponto de embarque e desembarque para estudar em uma escola na cidade de Mojú quando cursava o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª e, tive a oportunidade de conhecer a comunidade e as pessoas que ali moram, de saber sobre as manifestações que costumam festejar.

Sendo moradora vizinha da comunidade, eu tive que assumir o papel de pesquisadora e, olhar de fora com estranhamento algo que acontece todos os anos e que estava acontecendo ali naquela manhã de domingo. Essa procissão foi algo que eu não esperava ver, porque eu não lembrava que era Domingo de Ramos e, a minha ida até lá se deu porque eu precisava entrevistar a moradora.

Inicialmente, a minha intenção era pesquisar os processos educativos quilombola da escola São Bernardino, Mojú/ Pará, a fim de saber como se processa o currículo na escola levando em consideração a identidade e tradição da comunidade quilombola na educação escolar. O intento seria buscar olhar de dentro para fora da escola, buscando analisar o currículo na interlocução com a realidade vivida pelos estudantes quilombolas, ou seja, a pesquisa seria voltada mais para a prática docente.

Mas conforme as orientações iniciais e, circunstâncias da própria pesquisa optei por mudar o foco e pesquisar as relações entre educações na comunidade quilombola São Bernardino. Vale destacar que a educação quilombola é um tipo de educação aprendida por meio do compartilhamento de saberes que se estende de uma geração para a outra de forma natural e que pode contribuir com a educação formal que é a oferecida pela escola que chamamos de educação escolar quilombola.

Então mediante a isso e por circunstâncias da própria pesquisa, focalizei as relações entre educações, buscando olhar da comunidade para dentro da escola, em uma perspectiva dialógica. Derivando daí a definição das questões que norteiam a pesquisa: Que processos educativos e socioculturais estão presentes e ratificam uma educação quilombola na comunidade de São Bernardino no município do Mojú/Pará?

Além desse questionamento, se complementa com outros:

✓ Que saberes e produções culturais estão vivos na Comunidade de São Bernardino? E como são compartilhados entre as pessoas?

✓ Como se materializa a educação quilombola na Comunidade São Bernardino?

Assim, o objetivo principal é analisar os processos educativos e as relações entre educações, no caso da comunidade para a escola, trazendo reflexões socioculturais, no âmbito da organização comunitária e coletiva com base nas ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, indicar possíveis direções ao currículo escolar e sua prática educativa na comunidade aprendente, a escola. E, a fim adensar tal reflexão acerca desta temática foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as produções culturais e os processos educativos presentes na comunidade;
- Situar o contexto histórico e identitário da comunidade relacionando-o com uma educação quilombola da comunidade.
- Discutir possíveis relações pedagógicas entre as educações: a quilombola da comunidade e a escolar, tomando a produção histórica e identitária da comunidade.

Este estudo ganha importância porque se propõe a analisar a educação quilombola, ou seja, que saberes educativos estão presentes na produção cultural e cotidiana da comunidade quilombola São Bernardino visto que as próprias pessoas que a praticam não percebem que existem saberes próprios, informais dentro de cada ação praticada. Esta temática também ganha importância porque busca refletir sobre possíveis interlocuções entre os saberes e experiências educativas oriundas das práticas culturais da comunidade com os saberes escolares.

A pesquisa se deu na comunidade quilombola São Bernardino enquanto campo fértil para observar, dialogar e construir uma narrativa dos processos educativos e culturais do lugar, tomando como objeto de estudo. Nesse sentido, a pesquisa é de natureza qualitativa, por se tratar de uma abordagem que supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, cujo fundamento metodológico assenta-se no exercício de trabalho de campo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), até porque a comunidade apresenta-se com um contexto sociocultural de construção de saberes por sujeitos em práticas sociais. Também, exigiu um

contato direto com o local da pesquisa e as pessoas que ali vivem, sendo visualizados nesse caso a comunidade e a escola.

Dentro de uma perspectiva qualitativa tomamos como ênfase o uso de recursos da etnografia, na medida em que essa postura investigativa envolve “a descrição de sistemas de significados culturais de um determinado grupo” (SPRADLEY, 1979, apud LUDKE E ANDRÉ 1988, p.2).

Tais processos de diálogos e de recolha dos dados na pesquisa, deu-se por meio de entrevistas e conversas com moradores, em especial lideranças locais; estudantes, docentes da escola, uma ex-professora e, ainda com uma professora efetiva da rede municipal que atualmente está assumindo a função de coordenadora de educação para as relações étnicas racial da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Mojú). Na SEMED do município, o intuito foi obter informações curriculares da Escola São Bernardino.

No caso das entrevistas a opção escolhida foi a semiestruturada no sentido de que “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p.34). Seguindo esta opção de entrevista, de posse do caderno de anotações da pesquisa e, onde estava o esquema de perguntas fui até a comunidade quilombola para fazer uma das entrevistas que foi com a moradora mais velha da comunidade, a dona “Nazarita”, a fim de saber das tradições, dos saberes, costumes e um pouco da história da comunidade. Ao começar uma longa conversa fui fazendo algumas perguntas e de acordo com as respostas obtidas eu adaptei as próximas perguntas que tinham a ser feitas. Em um dado momento eu acabei deixando o caderno de lado e foquei apenas em escutá-la, gravando suas respostas obtendo assim informações importantes para a pesquisa. A entrevista com a senhora aconteceu de forma planejada e tranquila, mesmo com algumas interrupções de pessoas que chegavam no momento pedindo informações ou para emprestar algo. Ela se mostrou interessada em poder contar a história da comunidade.

Nesse sentido, a técnica da entrevista nos permite flexibilizar, fazer adaptações de acordo com as respostas dadas pelos entrevistados durante o seu andamento, ou seja, não é exigido seguir rigidamente o roteiro pré-estabelecido, mas ao contrário captar os processos e o diálogo autônomo do interlocutor. Para o aprofundamento da temática, pontualmente nos aspectos centrais do estudo: quilombola e educação foi realizado um levantamento documental com base em informações da Associação versando sobre questões de identificação e auto reconhecimento do povo quilombola bem como das tradições sinalizadas em registros no lugar como a religiosidade, a pesca e a agricultura. Infelizmente não conseguimos presenciar uma

reunião comunitária porque no período em que observações no *lócus* da pesquisa¹, não aconteceu nenhuma.

Ainda, sobre o aprofundamento teórico e contextual do tema, foram úteis as leituras de textos de autores que discutem essa temática aprendendo com os referenciais teóricos, autores como Brandão (1981). O autor discorre sobre educação, cujas reflexões perpassam modos de aprendizagem, enfatizando que não há uma única forma de aprender e nem um único lugar, sendo a transmissão de geração para outra um jeito de ensinar. Estudar este autor foi muito importante para contextualizar este trabalho, que versa sobre situações e lugares onde ocorre educação. Outro autor estudado foi Arruti (2017), especialmente para melhor compreensão acerca da educação escolar quilombola. Somado a algumas legislações específicas como as diretrizes nacionais curriculares da educação escolar quilombola visando subsidiar o estudo.

Outro enfoque metodológico da pesquisa foi a observação participante que Minayo define:

[...] como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2013, p.70).

A observação participante permite o contato direto do pesquisador com o *lócus* da pesquisa. Por meio das andanças na comunidade, conversas com moradores e olhares sobre a paisagem, os processos e as interações entre elas e, entre eu e os sujeitos foi possível obter dados relevantes da escola e do cotidiano da comunidade quilombola.

Cabe dizer que tomei também a minha própria experiência de quilombola, que ouve e vive os desafios sociais e políticos de sobrevivência em contexto rural e quilombola. Sobre o uso do meu saber e experiência de quilombola, fiz todo um esforço do distanciamento, buscando olhar com estranhamento e certa neutralidade o que eu estava pesquisando mesmo sendo algo já conhecido. Eu detenho muito das interações do lugar porque vivencio as experiências de ser moradora de um sítio chamado de Jacitara, próximo a cerca de 40 minutos da Comunidade São Bernardino. Vivencio a proximidade por ter amigos na comunidade, porque estudei nessa escola. Agora, em se tratando de um olhar investigativo e, “[...] sendo o pesquisador membro

¹ Cabe ressaltar, que a observações foram realizadas no período de cinco dias, com as entrevistas e visitas. Nos primeiros dias houveram as entrevistas com a coordenadora de educação de Secretaria de Educação municipal (SEMED-Mojú), com o presidente da Associação Quilombola. Em seguida, estive a observar a escola e a comunidade detendo meu olhar o movimento da comunidade no interior de escola e vice-versa. Posteriormente, além da observação, ocorreu a última entrevista da pesquisa, sendo na verdade uma longa conversa com a senhora ‘Nazarita’. Os desafios foram as andanças e o tempo da pesquisa, sempre aligeirado para a densidade do trabalho.

da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se no lugar do outro” (VELHO, 1977, p.127). A ideia do autor se fez útil para a pesquisa na medida em que nos conduz para um olhar mais atento de tamanha responsabilidade ao se realizar uma pesquisa, estando imbricado com as coisas, situações e acontecimentos de uma determinada comunidade, como é o caso deste trabalho.

O estudo está dividido em quatro partes, sendo esta Introdução, os capítulos I e II e, mais, as Considerações Inconclusas.

Na Introdução encontra-se o tema, o objetivo geral e os específicos. A questão norteadora e as perguntas; as metodologias que foram utilizadas na pesquisa. No Capítulo I, o foco é discorrer sobre a história do quilombo e do surgimento dessas comunidades aqui no Brasil falando, situando um pouco acerca da distinção dos termos quilombola e negro. Posteriormente, busca-se acentuar o contexto histórico da comunidade São Bernardino, lócus da pesquisa, com o intuito de identificar a produção cultural presente enquanto elemento de uma experiência e/ou processo de educação quilombola, na qual para fazê-lo se contextualiza com alguns dados da produção cultural, histórica e dos saberes culturais do lugar baseado em observações às práticas sociais, na minha própria experiência de quilombola e, ainda, através de relatos e conversas com moradores.

No Capítulo II, a ênfase é a educação escolar quilombola mediante as políticas educacionais e as lutas do povo negro e/ou quilombola. Também, neste capítulo é acentuado o percurso de conquista da educação escolar quilombola na comunidade São Bernardino a partir de interlocuções com os participantes da pesquisa e documentos oficiais. Tal perspectiva se relaciona com os processos educativos existentes na comunidade, isto é, o esforço foi o de dialogar entre modos e fazeres educativos formais e informais.

Já nas Considerações Inconclusas, são retomados os objetivos e a importância da pesquisa, cujo enfoque perpassou as relações entre educações com base nos processos e resultados do trabalho de campo. Também, pontua-se sobre os desafios de manter viva as práticas culturais na comunidade, e também de colocar fazer valer o que diz as diretrizes curriculares quilombolas em relação ao processo de reconhecimento da escola como quilombola na comunidade São Bernardino.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA E A PRODUÇÃO CULTURAL DO POVO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE SÃO BERNARDINO, MOJÚ/PARÁ.

A comunidade referência desta pesquisa é a comunidade quilombola São Bernardino, Mojú-PA. Neste capítulo se apresenta um pouco da história e a produção cultural da comunidade e, neste caso, para que se compreenda sobre quilombo é importante historicizar o surgimento dessas comunidades aqui no Brasil. Posteriormente, o foco é situar o contexto histórico da comunidade São Bernardino a partir a das memórias² de uma moradora e identificar a produção cultural presente, as atividades potenciais realizadas e difundidas através do saber local, ou seja, as formas patrimoniais produzidas durante anos cuja transmissão é de uma geração para a outra. Para isso, se recorre a alguns referenciais teóricos como Arruti (2017), Roseli Santos (2007), Carlos Brandão (1981) e a Constituição Federal no que trata do tema³. Foi utilizado o referencial de Bosi (1994) que trata da memória, visando computar alguns aspectos históricos com as conversas e os relatos da moradora mais antiga da comunidade, dona Nazarita.

Sendo um dos eixos de análise e um elemento cultural da educação quilombola o saber local, torna-se conveniente esclarecer um pouco tal conceito. Na visão de Brandão (1981, p.07), o saber local caracteriza-se como a produção cultural de uma comunidade que pode ser denominado também como saberes da comunidade ou saber comunitário, os quais são produzidos coletivamente e que envolve processo educativo, transmissão de saber entre pessoas. Ao relacionarmos com a comunidade em estudo vê-se que os saberes locais são produzidos diariamente e tem grande importância para os moradores, pois algumas de suas produções culturais como a farinha, a pesca e a extração do açaí lhes dão o sustento familiar e, também são compartilhados com outras pessoas por meio do empréstimo, ajuda na produção entre outras formas de agir/pensar deles.

A produção cultural de um povo ou comunidade pode ser caracterizada também como patrimônio cultural, o qual “[...] é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2012, p.12). Neste sentido entendemos que a produção cultural se encontra dentro do patrimônio cultural que pode ser de natureza material e imaterial. Porque não é apenas o produto material no qual podemos tocar, como por exemplo, prédios e paisagens, mas também é

² Segundo (Bosi, 1994, p.90) “memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão, a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos”.

³ CF/Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

imaterial porque é uma produção subjetiva de valores e significados, que pode vir a ser ações para mobilização coletiva.

Trata-se, portanto, da cultura, apreendida especialmente sob orientações valorativas, sob o aspecto de lógicas de pensar próprias, ou seja, modelos mentais compartilhados e usados para perceber, processar e guardar informações potencialmente voltadas para necessidades humanas de grupos que vivem em circuitos coletivos; trata-se não apenas dos modos de viver, mas de saberes, convívios e fatos sociais coletivos de um grupo comum. Se constitui também como uma experiência educativa por trazer em seu fazer, práticas e saberes que lhes situam como humanos, seres capazes de pensar e agir coletivamente pelos seus direitos.

1.1 Quilombo, Quilombola, Negro

Para adentrarmos no assunto sobre quilombos no Brasil é importante falarmos um pouco da história da população negra, frisando a escravidão no período colonial não só de negros, mas inicialmente de indígenas que tempos depois foram substituídos pelos escravos africanos. Diante de toda a situação sub-humana na qual viviam os negros escravizados, eles se organizaram e tentaram várias maneiras como as fugas, formas de resistir a situação em que viviam.

Do ponto de vista conceitual e político é importante diferenciar o negro e o quilombola. Nem todos os negros, são necessariamente quilombolas; bem como nem toda comunidade quilombola é formada por pessoas negras e, sim por uma mistura de pessoas com características e cor de pele diferentes umas das outras. Nesses termos, adotaremos para efeito desta pesquisa e produção de conhecimento como sendo quilombolas as pessoas habitantes da comunidade quilombola de São Bernardino onde é visível diferenças de cor da pele, ou seja, temos uma hibridização na comunidade, no entanto a maioria das pessoas que moram naquele território se reconhecem como quilombolas. No caso, há famílias que se identificam como quilombolas e, todos da família são sócios da associação, pagam uma taxa de três reais por mês para manter a associação cujos recursos visam suprir os gastos das viagens do presidente para a cidade a fim de resolver problemas que podem surgir, também para pagar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Associação e, ainda, para terem direito a alguma documentação que podem precisar como declarações para fazer processos seletivos para o ingresso em universidades, auxílio maternidade e aposentadoria. Os associados, além de suas contribuições financeiras eles são convocados a participar das reuniões, e se situarem dos acontecimentos, como por exemplo,

onde ocorrerão as próximas reuniões, a discussão das pautas e encaminhamentos que acontecem na comunidade.

Agora, é importante frisar que na comunidade há os que não se reconhecem como quilombola, por isso não participam das reuniões e de nenhuma atividade que acontece no lugar, por diversos motivos⁴. Em termos quantitativos são poucos e, no geral, são aqueles que chegaram recentemente na comunidade para morar, embora haja os sempre moraram lá, essas pessoas procuram se associar somente quando precisam de documentação ou qualquer outro benefício como já foi dito anteriormente. Podemos perceber que essa questão étnica e coletiva de um grupo é bastante complexa e envolve muitos fatores, ou seja, a identificação encontra-se muito atrelada ao mínimo direito de acessar os bens públicos e, não somente ao reconhecimento identitário em relação ao território ou valorização de uma tradição ou algo similar, embora tais questões também façam parte do processo cultural enquanto direito de qualquer cidadão.

Destaca-se que existem comunidades quilombolas formadas por populações predominantemente negras, em que as pessoas preservam a cultura de origem africana como as rodas de capoeira, os artesanatos com tala e sementes por exemplo. São comunidades que reproduzem sua cultura por respeito a uma ancestralidade e por suas histórias, lutam e zelam por ela. No caso, cada comunidade do território movimenta um saber, como ilustração citamos duas comunidades da redondeza⁵: a da Conceição do Mirindeua onde acontece o “Carnaquilombola”, festejo que reúne pessoas das outras comunidades para brincar o carnaval. Trata-se de um carnaval organizado para a diversão da própria comunidade e das comunidades próximas; a da Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê onde as pessoas produzem uma quantidade significativa de farinha e por confeccionarem artesanato de barro, se diferenciando das outras.

Torna-se relevante salientarmos que a população amazônica se constituiu da mistura de negros do povo negro, indígena e europeus fazendo com que houvesse uma mistura entre essas pessoas, as quais trouxeram consigo suas culturas que em contato com outras pessoas as produções materiais e imateriais se transformaram e, tornaram a Amazônia rica em culturas.

Os negros estiveram presentes em diversas regiões do Brasil e se expandiu com criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão em 1755, no período pombalino. Ao colocar em pauta a presença do negro na região Amazônica vemos que ele contribuiu na formação e também na economia com a sua mão de obra, trabalhavam em

⁴ Justificam com a falta de tempo e que na maioria das vezes as reuniões não trazem nenhum, consideram-no perda de tempo.

⁵ Termo adotado na linguagem local para caracterizar localidades próximas da comunidade São Bernardino.

atividades agrícolas e construções pesadas, trabalho esse exercido pelos indígenas anteriormente, que tiveram sua mão de obra substituída pelos negros por serem considerados resistentes aos tipos de trabalhos colocados pelos europeus que tiveram como interesse a exploração de recursos da Amazônia (SALLES, 1988).

O surgimento dos quilombos se deu no período da escravidão nos séculos XVII e XVIII quando homens e mulheres escravos fugiam para escapar dos seus senhores e não se submeter ao trabalho escravo nas situações sub-humanas sem nenhum direito, então eles fugiam e se refugiavam nas matas formando assim um pequeno quilombo que depois foi aumentando. O quilombo não foi só uma forma de se esconder que os negros encontraram, mas também uma forma de liberdade e de resistência, ali eles faziam suas atividades religiosas e também agrícolas para o seu sustento. Segundo Arruti (2017):

A primeira definição de quilombo, no Brasil, dá-se no corpo das legislações colonial e imperial, sob uma forma calculadamente vaga e ampla, que permitia que uma mesma norma de caráter repressivo abarcasse o maior número de situações de interesse. Na Colônia, bastava que cinco escravos fugidos se reunissem, ocupassem ranchos permanentes e possuíssem um pilão para caracterizar a formação de um quilombo (ARRUTI, 2017, p.3).

A denominação de quilombo na contemporaneidade se refere às comunidades remanescentes de quilombos que são formadas pela união de pessoas livres que convivem em laços de fraternidade uns com os outros como uma forma de se firmar e também de resistência para preservar suas culturas, seus territórios e de se fortalecer na sociedade em busca de direitos, reconhecimento, políticas sociais em especial a educação e a saúde.

Atualmente no país temos leis como a Constituição de 1988 por meio de seu artigo 68, marcada depois de muita pressão e negociação das entidades negras com as autoridades para amparar essas populações e lhes certificar com a certidão de auto definição. Este amparo legal trouxe benefícios para as populações negras como uma forma de ampará-las diante de situações como invasões de seus territórios por empresas e fazendas.

Partindo dessas considerações é importante sabermos que as lutas que foram protagonizadas por Zumbi dos Palmares que foi um líder do movimento negro no Brasil cuja sua luta foi pela sua liberdade e de seus semelhantes, motivo pelo qual morreu e tornou-se exemplo de luta e de quilombo.

O exemplo de Zumbi vem se estendendo para o contexto atual de hoje em que os diversos movimentos sociais por meio de suas organizações e lideranças dos movimentos sociais negros estão à frente das grandes lutas que são de grande relevância para que se possam alcançar políticas sociais e de garantia de direitos com base na constituição. Os resultados dessas lutas podem ser vistas no âmbito da educação, da saúde, da cultura e na conquista pelos

títulos de terra que definem como remanescente de quilombo, sendo “aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

No caso das lideranças locais da comunidade onde ocorreu a pesquisa, elas assumem um papel importante junto dos demais associados, são os mobilizadores das pautas de reivindicações do lugar até as grandes reuniões mais integradas e, se esforçam para que os problemas que surgem sejam resolvidos. Zumbi dos Palmares é um marco deixado, que os movimentos negros e quilombola têm como grande exemplo de liderança, se espelham para continuarem lutando. Se espelham para o enfrentamento das pautas atuais, que não se trata unicamente de negros escravizados, mas sim da privação de direitos como a demarcação de terras, como vem acontecendo nas comunidades remanescentes do Mojú.

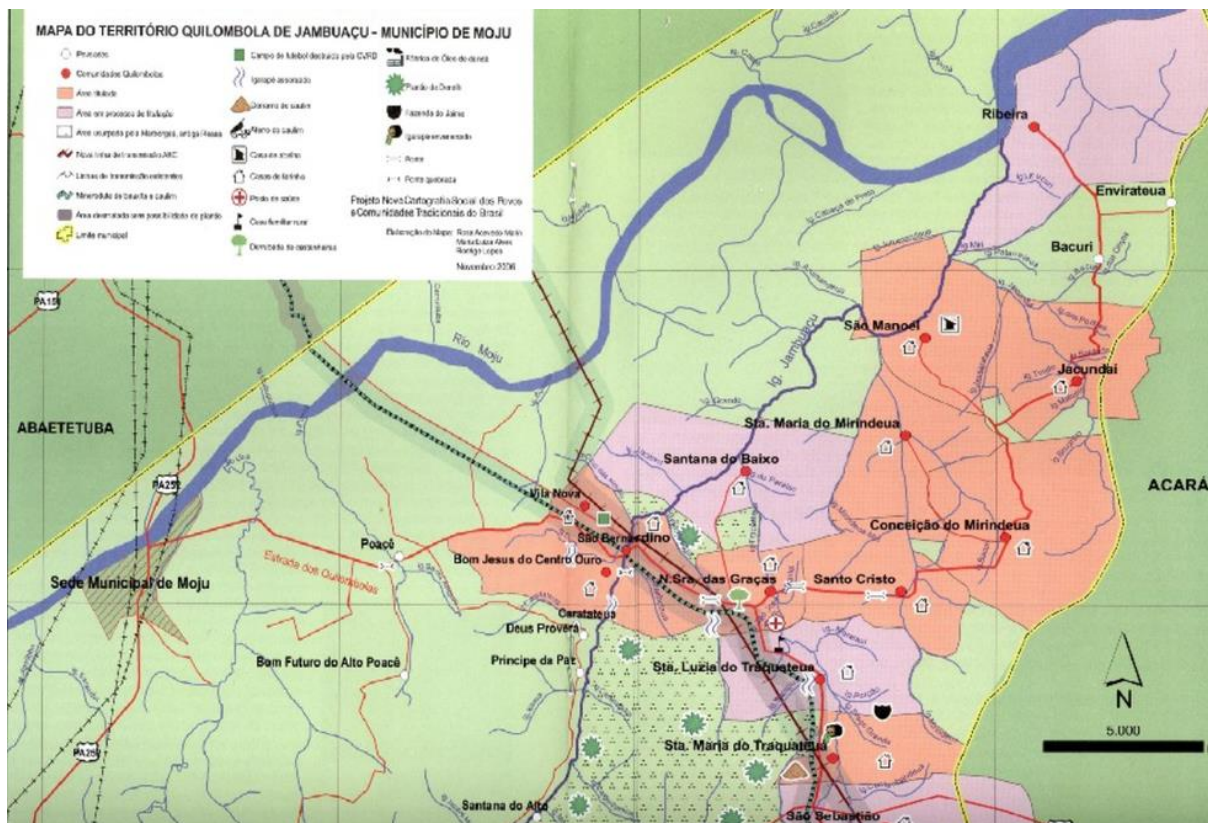
Conforme o texto constitucional, o direito é garantido por lei, mas infelizmente ainda há muitas comunidades no Brasil que ainda não tem os seus títulos, fazendo com que essas comunidades fiquem isoladas e sem amparos legais. No caso da Comunidade em estudo, a comunidade quilombola São Bernardino, consta na memória dos moradores que até 2008 não era reconhecida como remanescente de quilombo e tantas outras das redondezas.

A comunidade quilombola situa-se no território quilombola de Jambuaçu. Esta e todas as demais comunidades da redondeza são representadas por associações de cada comunidade. Trata-se de territórios remanescente de quilombo, certificado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA)⁶, em 23/11/2006. A comunidade em estudo juntamente com mais outras três (Nossa Senhora das Graças, São Bernardino e a comunidade do Bom Jesus do Centro Ouro) possuem um único título e estão representadas pela Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi, fundada 13/06/2002.

Tais comunidades são vizinhas e ficam localizadas a margem das estradas, outras na margem de rios e outras que atravessam igarapés, sendo que os meios de transporte utilizados para a locomoção de uma comunidade para a outra, são os rabudos⁷ nos rios, as motos e carros as que ficam nas estradas. A seguir o mapa geopolítico do território.

⁶ Lei Estadual Nº 165/98 e Decreto Estadual 3.572/99.

⁷ Tipo de transporte aquático muito utilizado pelos ribeirinhos.



Mapa do território quilombola de Jambuaçu, em Moju (PA). Foto: Reprodução/MPF-PA.

Nesse sentido, após muitas lutas houve a criação da associação quilombola em 2006, mas só em 2008 o território recebeu o título⁸. O título concedido para as comunidades remanescentes de quilombo veio como uma forma de fortalecer a militância das pessoas que residem no local no sentido de coletivamente e cada indivíduo possa valorizar e manter viva a cultura local e, também de garantir as terras que são suas por direito. O título do território é que a define uma comunidade como remanescente de quilombo, assegurando com que ela seja protegida e até mesmo contemplada com algumas políticas públicas voltadas para a educação e, também para a agricultura.

É importante lembrar que as comunidades remanescentes de quilombos são assim reconhecidas por ter uma história, uma cultura, em que as pessoas que as constituem possuem religiões, modos de produzir, se relacionar e de compartilhar as coisas de um modo diferente.

Para conhecer a história da comunidade quilombola São Bernardino foi necessário à busca de informações com uma das primeiras moradoras, a senhora “Nazarita”⁹, 98 anos, que viveu e participou da organização e formação da comunidade. Ela é uma das primeiras

⁸ Associação remanescente de quilombo da comunidade São Bernardino, Rodovia Quilombola Km 21, Jambuaçu/Mojú-PA.

⁹ Carinhosamente, recebeu este apelido desde a criança e, até hoje ela gosta de ser chamada e é assim que todos a conhecem.

moradoras da localidade antes de se tornar comunidade quilombola. Viu e sabe contar do seu desenvolvimento social e identitário. Assim, o contato com ela é sempre proveitoso e de aprendizagem, por ela viver a muito tempo no local e também ter se apropriado das coisas que aconteceram desde o seu tempo de vida. Na sua sabedoria está a capacidade de comparar com a realidade de hoje, esmiuçando e especificando muito do saber local, cuja processualidade encontra-se a seguir.

1.2 A história da comunidade e a produção cultural

Para discorrer sobre o sentido de produção cultural é importante levar em consideração que muitos autores tratam os saberes enquanto uma forma de produção cultural, mesmo que atribuindo termos diferenciados tais como saber popular, saber local, saber cultural etc., o último é como trata Santos (2007). Também pode ser considerado como saber da comunidade, versão que adotaremos no texto, tomando a partir do conceito de Brandão (1981) ao afirmar “saberes da comunidade pode ser o que todos conhecem homens e mulheres, o saber próprio dos homens [...] que envolve situações pedagógicas interpessoais, familiares [...]” (BRANDÃO, 1981, p.6).

As ideias do autor estão em muitos livros e artigos, como o que trata de “Educar por toda vida hoje”¹⁰ (BRANDÃO, 2000). Nesse artigo especialmente, ele diz que a educação se manifesta de várias formas no dia a dia e, esta encontra-se também voltada para as necessidades da sociedade contemporânea, isto é, situada no todo da vida, pois vivemos em uma época na qual precisamos nos antenar às mudanças e transformações do nosso próprio cotidiano. Diz ele, que a educação é a base mais importante de um ser humano, e é indispensável para o processo evolutivo de cada pessoa.

Educar não é treinar um ser humano para a realização de tarefas, mas é estimular a aprender, indicando ferramentas que propicie uma educação mais livre. Aprende-se informalmente, aprende-se através dos saberes da comunidade. Aprende-se no coletivo e dentro de uma realidade de vida, a exemplo dos aprendizados e uma comunidade quilombola. Significa dizer que não escapamos da educação, ela ocorre em qualquer lugar, aprendemos uns com os outros por meio de transferência de conhecimentos.

De acordo com os relatos de “Nazarita”, os tempos de antigamente são bem diferentes dos de hoje, em muitos aspectos, as pessoas tinham outro modo de viver, de trabalhar e de zelar pelas tradições. Segundo ela, a sua sogra foi primeira moradora do local, chegando por volta

¹⁰ Fonte: Revista.catedra.puc-rio.br. Acesso em 19 de julho de 2019.

dos anos de 1944 a 1945 com seus pais. Tal senhora já falecida há muitos anos morava lá com outros moradores. Em seu relato o lugar era limpo, tinha coreto onde havia um sino que tocava às cinco horas da manhã e acontecia uma pescaria - onde as pessoas se reuniam para pescar. Não havia estradas e nem escolas, logo naquele tempo as pessoas não estudavam. Existiam caminhos que eram abertos com a ajuda de ferramentas como o terçado e ainda hoje é utilizada na atividade da roça e, esses caminhos eram para as andanças quando precisavam se deslocar para outras localidades. Vale ressaltar que antes de se chamar São Bernardino se chamava São João. Naquele tempo, disse dona “Nazarita”, não se tratava de comunidade e, sim irmandade. Diante com a história, relata:

Um homem que veio de outra localidade distante dali chamada de Alto Mojú veio para este local que hoje é a comunidade quilombola de São Bernardino e, trouxe a imagem do santo que era chamado Bernardino e o pai dela também se chamava Bernardino, a chegada dessa imagem trouxe muitas alegrias e então inventaram a irmandade que deu certo e que rapidamente cresceu com a ajuda de um padre chamado Carlos (entrevista em 2019).

Ao analisar a história das comunidades quilombolas no Brasil e a conversa com a senhora “Nazarita”, podemos perceber que a maioria das comunidades possui aspectos históricos muito comuns em suas formações, formaram-se com poucas pessoas. No caso das comunidades quilombolas do século XVII a XVIII que se formaram a partir de uma maneira que os escravizados encontram para se refugiar da situação que viviam com os seus senhores, e passaram a adotar uma nova forma de viver, onde puderam desenvolver suas atividades de subsistência e as religiosas.

Ao olhar para a formação da comunidade quilombola São Bernardino vê-se que ela se constituiu a partir do aspecto religioso e teve como subsistência as atividades agrícolas, a pesca e caça de animais o que fez com aquele povoado se fortalecesse e se unisse no sentido de seu modo de viver, de plantar e colher e de pescar coletivamente que se constitui como saberes locais, disseminando um tipo de educação que é aprendida e praticada na convivência diária, quase sempre passada por gerações.

Tomando o autor-referência, Brandão (1981; 2000) trata-se de uma educação onde todos se sentem parte do processo, o que diz muito para a atualidade tão escassa de sentido e de bons sentimentos. Não é à toa que no dizer do autor, estamos necessitando enquanto grupo social uma maior “Compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós mesmos, os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável” (BRANDÃO, 2000).

São visíveis hoje na comunidade as mudanças nos modos de produzir esses saberes e até de sua circulação. Tais mudanças vieram em decorrência das tecnologias, com a chegada de empresas mineradoras e, até no tipo de educação formal, sendo exercido outro/diferente tipo de

reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo que se encontra para além das simples atividades que eram exercidas em tempos atrás que era apenas trabalhar para seu próprio sustento. Naquele tempo os saberes eram compartilhados apenas entre aqueles que eram da comunidade e de locais próximos, ao contrário de hoje que tais atividades são compartilhadas com outras pessoas, por exemplo, quando a comunidade recebe pesquisadores da educação e, esses saberes são sistematizados em outras formas de linguagem. O saber passa a ser conhecido por outras pessoas, que demonstram o interesse de conhecer.

Sobre a questão do processo de acúmulo de saberes, sabemos que se trata de uma prática histórica da humanidade e que pode ser debatido desde os primórdios filosóficos. Especialmente, no livro *o que é Educação*, de Brandão (1981), o autor faz uma referência ao aprendizado coletivo na comunidade de Atenas e Esparta e também aos filósofos Platão e Sócrates quando reuniam seus alunos.

Geralmente, quando falamos de educação o que nos vem à mente é justamente a ideia de que educação é apenas aquela que é aprendida na escola, porém, sabemos que a educação não acontece somente no ambiente escolar, ela se dá de outras maneiras, como por exemplo, no convívio cotidiano configura-se em educações aprendidas de maneiras diferentes. A título de ilustração, na comunidade São Bernardino, lócus desta pesquisa, têm a produção da farinha que enfatiza um tipo de troca, de aprender-e-ensinar. Desde a infância na convivência com os pais as crianças vão aprendendo desde a produção da roça até a *fazição*¹¹ da farinha e, assim aprendem desde cedo sobre a quantidade de mandioca necessária para produzir determinada quantidade de farinha, quantos dias são precisos para produzir e assim por diante. O processo de produção da farinha na comunidade é chamado de “fazer farinha” e quando se trata de uma quantidade um pouco maior de farinha chamam de “farinhada”.

Quando se trata de grupos étnicos é importante ressaltar que todos possuem a sua cultura e se organizam de uma determinada forma sendo essa também uma forma de educar e construir identidades das pessoas que compõem a comunidade como afirma Brandão (1981): “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (p.3).

O autor faz referência a diferentes educações em sociedades tribais em seu livro, e que podemos trazer como reflexão sobre as educações na comunidade quilombola em estudo. A educação que é aprendida no seio familiar e no convívio com as outras pessoas trazem muitos

¹¹ Inclusive, é recorrente o uso do termo em várias comunidades tradicionais da Amazônia paraense como é o caso de alguns municípios do Baixo Tocantins.

conhecimentos que mais tarde poderão ser vinculados com a educação escolar, assim também como o saber escolar pode ser útil ao cotidiano como formas de reinventar suas ações culturais e agir individualmente no ambiente social da comunidade. Com a educação escolar percebemos que as pessoas passam a se comportar de forma diferente e trazer para o seu cotidiano, mas sem deixar de lado o que aprendeu com a família e no convívio com outras pessoas. Assim, toda sociedade deve se sentir responsável pelo desenvolvimento educacional, que não se restringe ao aprendizado escolar, o abrir-se para uma sensibilidade humanizadora entre todos, entre uns com os outros, no dizer de Brandão (2000).

Na comunidade São Bernardino percebe-se que as pessoas que estudaram e chegaram ao nível superior têm outro modo de ver as coisas e de agir, elas por possuírem um nível de estudo mais elevado, geralmente são postas para compor a coordenação da comunidade. E, nas reuniões comunitárias essas pessoas agregam coisas do seu aprendizado escolar ao trato com a comunidade e, o inverso também ocorre aprendem das coisas do lugar e no convívio com pessoas que ocuparam o cargo antes e, são lideranças da comunidade. Um fato interessante é o cuidado que dispõe ao utilizarem-se da linguagem escrita e culta, pois elas falam e escrevem de uma forma que os demais participantes entendem, levando em consideração que tem pessoas que não sabem ler. Uma reunião que antes não era organizada de forma ordenada com introdução, meio e fim; com uma pauta hoje já ocorre e todos aprendem naquela convivência, principalmente com o cuidado de ouvir os participantes para concordar ou discordar de algo.

Ao falar sobre educações, compreende-se que a relação dos saberes locais com os saberes escolares de uma determinada comunidade configura-se como educações que contribuem no crescimento intelectual e humano das pessoas. Quando olhamos para as comunidades quilombolas do período colonial e para as de hoje identifica-se que desde o início já havia uma forma de aprendizado que não era os aprendidos na escola, mas sim tratava dos aprendizados e ensinamentos da convivência grupal, dentre as quais se destacava as atividades realizadas coletivamente principalmente pelas pessoas mais velhas o que podemos caracterizar como saberes locais. De acordo com Santos, trata-se de saberes culturais:

Os saberes culturais então são concebidos como acúmulo de conhecimento produzido por várias gerações; conhecimentos construídos com sentido de pertencimento, marcado pelas formas de viver e compreender o mundo, suas representações e valores e serão discutidos no campo da pesquisa da história oral, mais especificamente no âmbito das histórias de vida (SANTOS, 2007, p.1).

Esses saberes são repassados através do aprendizado que gerações de determinadas comunidade acumulou no decorrer dos anos, esses conhecimentos são mantidos e ensinados

como algo que pertence às pessoas desde que nasceram e que os acompanham durante a vida toda repassando para as gerações futuras.

Nas observações feitas na comunidade quilombola de São Bernardino pude observar que tais saberes se fazem presente no cotidiano das pessoas que ali moram. Percebe-se que hoje a propagação e circulação desses saberes está um pouco mudada por conta das transformações e dos conhecimentos que as pessoas adquiriram através da educação escolar e também da convivência em comunidade, conforme já mencionamos linhas atrás.

Vale dizer mais uma vez que os saberes vão sendo acumulados pelas pessoas que nos antecederam e são compartilhados ao mesmo tempo com as crianças e jovens de hoje, ou seja, são saberes históricos que são repassados e ensinados a partir do diálogo e vivência entre si, das formas de troca de ensinar-e-aprender, no dizer de Brandão (1981).

Os saberes locais da comunidade quilombola de São Bernardino são produzidas e vistas em ações que ocorrem no seu cotidiano, como: *Os encontros dentro e fora da comunidade; As diversas formas de pesca e de agricultura; A prática da religiosidade da comunidade*. Eles se constituem como saberes que veiculam e estão presentes através de processos educativos em que as pessoas aprendem ao mesmo tempo em que ensinam. Todas essas ações trazem consigo um processo educativo que se pode aprender muitas coisas ao participar e envolver-se com essas atividades e, ao mesmo tempo, as ajudam na construção de uma identidade de quilombola, que muitas das vezes é desconhecida por algumas pessoas principalmente por crianças e jovens. Muitos dos que se identificam como quilombolas hoje foram os que participaram de encontros coletivos na comunidade e levando para fora suas aprendizagens e ensinamentos, participaram de reuniões e ficaram sabendo de sua identidade por pessoas que não tem qualquer tipo de ligação com a comunidade, fazendo os refletir e qualificar suas opiniões, informações, lutas, resistências.

1.3 Os encontros dentro e fora da comunidade

Há reuniões que acontecem na própria comunidade quilombola de São Bernardino, agrupando as pessoas que moram ali e também outras dos arredores que possuem algum vínculo com a comunidade. Tais reuniões tem a finalidade de discutir assuntos de interesse da comunidade voltados para questões que visam alcançar benefícios para todos.

No caso, das lutas que tem sido travada de uns anos para cá direcionam basicamente no embate político e ideológico contra as mineradoras e sua avalanche exploratória dos minérios na região, assim a luta se dá por questões de reparação diante dos diversos prejuízos ambientais

causados e, que atingiu parte do território quilombola¹². Eles vêm insistentemente se reunindo requerendo a indenização por família devido os problemas causados, pois as terras foram atingidas pelos impactos da exploração de minérios.

Também, ocorrem reuniões para tratar de assuntos relacionados à gestão da associação da comunidade como, por exemplo, para eleição do próximo presidente. Tais reuniões congregam, de modo geral, cerca de um quantitativo de 35 a 40 pessoas – os sócios, mas vale destacar que nem todas às vezes as pessoas convocadas para as reuniões comparecem, variando de acordo com a relevância do assunto e, também, da disponibilidade das pessoas para estarem presentes nas reuniões.

A partir do momento em que as pessoas se identificam como quilombola e reconhecem que tem direito e das lutas a serem travadas, elas passam a ficar mais engajadas nos movimentos sociais o que tem levados alguns jovens e, também as lideranças mais experientes a saírem de suas comunidades para participarem de grandes reuniões e de movimentos mais articulados e integrados a outras comunidades, cidades e até estados. Sobre a participação mais ampla, vale dizer que:

[...] inseridos de modo mais pleno no movimento social quilombola, os moradores saem do território para estabelecer relações com outras comunidades quilombolas e para participar de reuniões entre quilombos e entre quilombos e órgãos governamentais, fatos que trazem experiências cujos conteúdos são transmitidos aos demais. As iniciativas para reunir os jovens na discussão sobre as necessidades do grupo, junto com outros jovens quilombolas, também constituem formas intencionais de transmitir a importância de cuidar dos territórios como quilombos. Do mesmo modo, a participação do grupo em atividades propostas por projetos culturais e educacionais, a partir da identificação do lugar como um quilombo, ensina o sentido de ser quilombola (SOUZA; GUSMÃO, 2011, p.87).

A participação das lideranças em movimento social fora da comunidade ocorre anualmente e em agendas mais integradas a outras entidades e, faz com que eles se empenhem em trazer informações para se articular junto aos demais componentes da comunidade para que juntos disputem e lutem por benefícios para os moradores. Eles se deslocam para reuniões em outras comunidades do território na cidade de Mojú, em Belém e até mesmo em cidades fora do estado, cuja participação se dá em eventos (congressos e assembleias). Quando chegam as lideranças se preocupam em transmitir e atualizar com informações os demais moradores, assim é feito sob a forma de convocatória para reunião repasse sobre o que foi tratado nos referidos eventos.

¹² Trata-se de uma região que engloba todas as 16 comunidades remanescentes de quilombo.

Em uma comunidade vizinha¹³ da comunidade quilombola de São Bernardino tem uma escola chamada de casa familiar rural (CFR) que foi construída com a finalidade de atender os filhos das pessoas que moram no território e, que são sócias das suas respectivas comunidades e também oferecem uma educação escolar de forma aproximada da realidade local. Nesta escola aonde alguns encontros acontecem que reúnem pessoas das comunidades quilombolas da região para as reuniões a fim de tratar assuntos relacionados a problemas existentes nas comunidades, geralmente esses assuntos são de interesse comum com assuntos que estão os relacionados ao território como um todo, a exemplo, a questão da reparação por danos ambientais causados por empresas mineradoras dentre as quais está a - Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹⁴.

Também, quanto a encontros mais integrados como os seminários educacionais em uma conversa com uma das pessoas que participam ativamente me explicou que os seminários acontecem uma vez por ano que se inicia sempre em uma segunda feira com os alunos da casa familiar rural (CFR) e de escolas vizinha. Que são escaladas para se fazer presente em cada dia da semana até na quinta-feira e, na sexta-feira inicia o seminário aberto ao público geral com mesas, rodas de conversa e oficinas a construção dos seminários vai se dando junto com as comunidades e outras instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA)

Os encontros têm como objetivo principal a discussão sobre educação do campo e suas peculiaridades dentro dos quilombos do território da localidade de Jambuaçu, como a educação se relaciona com o processo cultural e as lutas do povo quilombola a fim de mostrar a realidade da educação em consonância com a cultura, a identidade e também refletir sobre a importância das lutas e de uma maior conscientização das pessoas em relação aos seus direitos; sendo todas essas mobilizações consideradas a nosso ver processos educativos, onde todos aprendem uns com os outros a partir do compartilhamento de experiências e saberes que vem dos saberes da comunidade aprendida no cotidiano de cada indivíduo.

Tais encontros são de grande valor para as comunidades que participam no sentido do aprimoramento de sua educação quilombola que passa entre outras coisas pelo processo identitário e o engajamento nos movimentos sociais, invertendo a lógica de uma visão negativa de sua própria identidade. No início da formação da comunidade já existiam reuniões, que segundo os relatos da senhora “Nazarita”, havia livros de assinatura, onde em cada reunião que acontecia as pessoas assinavam o nome, essas pessoas eram chamadas de sócios. Segundo ela não existe mais o livro porque já faz muito tempo, mas até hoje a comunidade se organiza dessa forma, com a participação em reuniões sob a coordenação da associação quilombola.

¹³ Comunidade remanescente de Quilombo Nossa senhora das Graças, Jambuaçu, Mojú-Pa.

¹⁴ Tal empresa, desde 2008 deixou de usar a sigla e passou a se chamar Vale.

Durante minhas observações e conversas com moradores da comunidade foi possível perceber que os saberes locais se fazem presentes no cotidiano da comunidade sendo essa uma espécie de escola da vida e esses saberes são visíveis quando se processa no decorrer da prática social em que as pessoas circulam seus saberes, suas formas de ensinar-e-aprender, como afirma Brandão (2000) “aquele que ensina é um portador de saber”.

Os encontros dentro e fora da comunidade trazem uma experiência educativa, pois além das relações sociais construídas, aprendidas e reaprendidas entre e por pessoas. Trata-se também de um momento de aprendizado de organização política, necessário ao viver comunitário e cidadão de qualquer sujeito na sociedade atual e, mais ainda, para o sentido de viver em território quilombola dada sua especificidade, em que as pessoas precisam desenvolver a sua autonomia, a independência e, afirmação identitária como quilombolas. O processo de se auto reconhecer dentro da sua comunidade, vem a partir do compartilhamento de conhecimentos entre as pessoas mais estudadas com as que não possuem certa escolarização, entre o saber de uma morador mais antigo com um mais jovem/criança, vem entre o saber mais originário e as adaptações que são realizadas durante o processo de um fazer artesanal, entre outros aspectos, sendo assim através da união e da circulação de informações, das mobilizações e das resistências daquele povo que enfrentam os problemas políticos e, especialmente tem enfrentado as empresas mineradoras. São estratégias, disputas, ensinamentos e ensaios de liberdade que se configuram em processos educativos e, estão em pauta diante dos enfrentamentos reais, os quais são criados e gestados pelos próprios moradores como forma de resistência.

1.4 A pesca, a agricultura

As crianças vão para a escola. A maioria dos adultos vão para seus trabalhos que na maioria das vezes é pautado na agricultura, como a produção da farinha, o plantio e cultivo da roça de onde se retira a mandioca tal produção; cultivam também o açaí. Outra atividade é a pesca para o consumo dos próprios moradores.

Dentre as várias produções da comunidade estão a produção da farinha, o plantio e o cultivo do açaí. No caso da roça e farinha, para produzirem as pessoas fazem suas roças e plantios em pequenas áreas de terra que ainda possuem, e cuidam dela até o ponto em que estão boas para retirar a mandioca para fazer a farinha. Algumas vezes essas roças são feitas em conjunto por duas famílias para compartilharem os elementos extraídos tanto para vender como para o consumo. Tal produção é basicamente para o consumo sendo possível ver as casas de farinha, comumente conhecida pelo nome de retiro. Esta prática abarca uma experiência

educativa individual e de ação coletiva, eles precisam dispor de uma organização individual por família e na família e, também precisam gestar um fazer coletivo requerendo a disposição por tarefas comuns e separadas, no tempo disponível articulada ao tempo da natureza, de relações prévias entre pessoas da família e até com vizinhos, em suma para produzir a farinha ensaiam aprender vivem juntos, ao mesmo tempo que continuam avivando a cultura e a valorização da farinha, avivam o saber de fazer a farinha com técnicas próprias de produzir.

Quanto ao plantio do açaí, este na maioria das vezes é cultivado em espaços/áreas que foram feitas roças de mandioca, mas que cada vez mais coloca-se inapropriado esse cultivo da mesma da forma que é feita, utilizando a terra mais de vez, deste modo o solo fica desgastado. Nesse caso, os donos ocupam esse tipo de área para o plantio do açaí pelo fato de não terem tantas extensões de terras para plantar, sendo também uma forma de reaproveitar o solo. Algumas pessoas têm o seu pequeno plantio de açaí, nos quintais situados atrás de suas residências, sendo este destinado ao próprio consumo, assim como a criação de galinhas que também é uma prática bastante comum, útil na sua alimentação. Esse tipo de cultivo e uso da terra constituem-se atividades tradicionais de cunho transmissivo e geracional, isto é, são experiências que envolvem modos organizativos, táticos, criativos; ações de improvisos e usos de termos próprios em cada etapa do cultivo do açaí.

Como por exemplo, para o plantio há um conjunto de saberes que envolve discernir o tempo climático, a seleção do solo, se é terra firme, várzea ou igapó para o cultivo do fruto com base em plantações feitas anteriormente, se foram bastante produtivas ou não. Saber os tipos de açaí: branco ou roxo. Saber sobre a forma de cultivo que mais se adequa: se por meio de sementes que é a mais usada ou por brotações, as que nascem espontaneamente e, que podem ser plantadas em outro local, iniciando-se um novo sítio (plantio). São comuns termos próprios como: parol, referindo-se ao açaí que está quase pronto para consumir e, o preto para quando está bem maduro, essa linguagem é usada na região amazônica.

Para a criação de galinha eles produzem com técnicas próprias a construção de viveiros, de remédios no caso de doença delas.

O certo é que as práticas de plantar e de criar animais são tradicionais que vem respondendo a necessidade de sobrevivência dos moradores ao longo dos anos e, através dela as pessoas aprendem um pouco de artifícios de troca, de ajuda e de compartilhamento dessas produções.

Também, são produzidas peças artesanais feitas com talas como, por exemplo, as peneiras e paneiros, normalmente são confeccionadas por alguns moradores e fazem para o uso no próprio trabalho de produção da farinha, do açaí e da pesca. Em alguns casos, eles compram

na cidade de Mojú outros utensílios como o tipiti que na comunidade eles não sabem confeccionar. Sabemos que a prática do artesanato não é fácil, pois necessita de técnicas de confecção, o saber-fazer do artesanato envolve o trabalho coletivo, de atenção e minuciosidade. As pessoas precisam uma das outras para produzir o artesanato porque eles podem compartilhar a experiência ensinando outros esta arte, a qual precisa de atenção para a seleção de um bom material que será usado bem como saber discernir onde encontrar esse material para a confecção dos objetos. Precisa ser um trabalho de oleiro – de construção vagarosa e minuciosa. Nesse sentido, artesanal e aprendizado pessoal e entre pessoas, possui uma importância viva nos processos de afirmação e construção de identidades, de valores, conformando também uma experiência de se educar para olhar a arte, olhar o tempo de uma arte, olha o artesanal produzido em meio das necessidades dos indivíduos.

A atividade da pesca é tradicionalmente exercida na comunidade, realizada individual e/ou coletiva, basicamente voltada para o consumo familiar. Na atividade, levam bastante em conta o tempo da natureza, levam também em conta os instrumentos de pesca, pontos que influem segundo eles em mais peixes. Os moradores que pescam colocam em pauta um conjunto de saberes que perpassam: a previsão do tempo pois segundo eles é um fator que influencia na boa pescaria, a elevação do nível da água para saber qual o tipo de material mais apropriado para a pesca, as fases da lua e, ainda, o tamanho das canoas para este trabalho. Tais saberes giram em torno de um planejamento mental, cujo aprendizado ocorreu por meio da oralidade e da convivência no cotidiano entre familiares e vizinhos, entre pessoas mais velhas e os mais novos, entre homens e mulheres, entre conversas e observações, entre repetições e erros, em modo pedagógico que se faz informal e como principal referência a tradição que vem sendo transmitida por gerações. Nesse fazer, o da pesca, nota-se uma transmissão de valores como a cooperação, a articulação e a solidariedade que são demandas durante a prática coletiva, dinâmica, na qual os sujeitos deste processo se tornam os atores principais.

É válido ressaltar que houve várias transformações nos aspectos sociais e econômicos da região com a entrada de empresas mineradoras há alguns anos¹⁵, o que causou sérios problemas ambientais como a devastação e a poluição dos rios e igarapés, a agressão ao solo impossibilitando as pessoas de continuarem a fazer suas plantações mais expandidas para ter uma produção mais acentuada mesmo que para o consumo e, também, para o processo de comercialização. De outro modo, tais empresas causaram um impacto e, com isso as formas de trabalho foram atingidas, até porque em muitos casos as pessoas ficaram quase sem terra para

¹⁵ Companhia Vale do Rio Doce há 16 anos.

plantarem assim também como os rios e igarapés ficaram escassos de peixes. Esses problemas não atingiram apenas a comunidade quilombola em estudo, mas também outras que existem nas proximidades. E, na medida em que as transformações vão acontecendo as pessoas mudam seu comportamento, o modo de produção vai mudando e, passam a adotar para si um novo modo de vida a partir do momento em que passam a ter acesso à bens de consumo, como roupas, alimentos que chegam por meio de estradas e dos ramais; como também por suas idas para a cidade que fica acerca de uma hora de tempo da comunidade.

Pode se dizer que a produção laboral e cultural se ancora nos saberes que são práticas e costumes desenvolvidos de forma coletiva e, que no decorrer dos anos vem perpassando as gerações, as quais ainda são consideravelmente circulares e presente nesse tempo na comunidade. O tempo passa, mas as pessoas não deixam de praticar as atividades da agricultura, da pesca, do artesanal, produções estas que trazem uma pedagogia informal, ao mesmo tempo, outros conhecimentos são adquiridos pelas pessoas, ou seja, as pessoas não são as mesmas elas evoluem na medida em que as transformações acontecem no meio em que vivem. Pode-se dizer que a experiência educativa quilombola transmitida por ritos, símbolos, crenças, valores, manifestações e práticas possui um sistema de fazer/agir e uma estrutura social de circulação do saber, de sociabilidade, acentuando-se “transmitir os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (BRANDÃO, 1981, p.13).

1.5 A religiosidade da comunidade

A religião predominante na comunidade é a católica. No entanto, existem pessoas da comunidade que são de outras denominações religiosas, como a Assembleia de Deus, a igreja Adventista do Sétimo dia. Dentro da comunidade tem uma igreja católica e mais afastada um pouco tem uma igreja evangélica. As pessoas que são católicas zelam pelas festas tradicionais que vem de família como a festividade de São Bernardino que é o padroeiro da comunidade e a festividade da Nossa Senhora de Nazaré. Durante tais festividades acontecem às celebrações de missas, procissões e novenas que acontecem por alguns dias na igreja. Nesses momentos todos se mobilizam, enfeitam a igreja e festejam a santa com devoção, como costumam dizer. No caso da festividade da Nossa senhora de Nazaré, é finalizada com a festa de aparelhagem no barracão da comunidade.

As práticas religiosas compõem-se dentre outros de ritos e das procissões. Por exemplo, a procissão religiosa, de domingo de Ramos, com a qual início a Introdução deste trabalho. No caso de uma prática religiosa ela configura-se uma experiência de aprendizado de valores éticos

e morais, de crenças e vivência da fé que fortalecem os laços fraternais, o sentido de coletividade, o convívio de respeito com a diferença religiosa. O aprendizado da espiritualidade é importante na construção da identidade dos sujeitos envolvidos, cujas histórias são transmitidas por meio da arte ao cantar e fazer leituras, por exemplo.

A produção cultural da comunidade vai além de suas diversas produções materiais. Ela não se resume nas atividades do cotidiano, mas se constitui de toda produção imaterial: os valores, os modos operantes de agir/pensar, as simbologias, as ações integradas em prol da coletividade/grupo, isto é, são todos os meios de criação e reinvenção da vida, que abrangem outras dimensões, conforme abaixo situamos.

- a. O convívio entre vizinhos e familiares no lazer e no trabalho, neste apresentam ações e formas de ajuda e empréstimo em situações a partir das relações entre eles.
- b. A produção artesanal de objetos que auxilia nos fazeres dos trabalhos com a farinha, a pesca, também modos de interagir e exercer uma prática religiosa contínua e coletivizada.
- c. A dinâmica organizativa da comunidade através da Associação, com os encontros comunitários que podem ser dentro ou fora da comunidade.

Todas as práticas cotidianas geradoras dos bens materiais e imateriais de um povo constitui-se o que aqui estamos chamando de produção cultural da comunidade, fazendo acontecer o aprendizado de viver em comunidade. Sobre essa questão, Brandão e Borges (2014) no texto “O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional” traz o entendimento de comunidade tradicional a partir das ideias de vários autores fazendo comparações entre elas, nos incita a identificar algumas características que contempla a prática social existente na comunidade quilombola São Bernardino.

Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. É a associação – quanto mais livre e auto assumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela, ou por oposição a ela (BRANDÃO, BORGES, 2014, p.2).

O trecho acima, sobre o termo comunidade diz muito para o contexto da comunidade quilombola São Bernardino, na medida em que também desde a sua formação eles desenvolvem um modo de criar laços de fraternidade uns com os outros. No lugar, percebe-se um quantitativo de pessoas que escolheram a comunidade para morar por seus antepassados e, ainda há os que chegaram há pouco tempo, esses passam a aprender e a compartilhar das práticas produtivas agrícolas, de pesca e as religiosas. Há também aqueles que apenas residem na comunidade de uma forma autônoma sem compartilhar de quaisquer atividades que acontecem nela, vivem sem

qualquer participação na Associação. Sendo que a maioria dos moradores daquela comunidade são moradores de muitos anos, os quais construíram uma relação de união quando se trata das reuniões e das lutas por busca de direitos gestada pela Associação quilombola, apesar de haver controvérsias de opiniões, mas no final elas se unem por um interesse em comum.

É importante destacar que a Associação é uma forma de organização criada justamente para as lutas comuns daquele grupo, assemelha-se como se fosse um órgão dentro da comunidade.

No lugar que eles vivem a chamam de Vila ou de comunidade. Compreendem-na como um lugar onde antes existia apenas vegetação e, pela formação de alguns moradores-parentes e antigos moradores como a sogra da dona ‘Nazarita’ mencionada no início deste capítulo formaram o que chamam também de quilombo, elas escolheram para desenvolver e produzir a vida, sendo praticada durante anos por elas. No lugar elas compartilham o lazer, o trabalho e a prática da religiosidade sintonizando experiências, fazeres, lutas, manifestações, disputas, que caracterizam a comunidade e o viver ali.

Até aqui buscamos descrever e situar o leitor sobre as atividades produtivas e culturais, as quais são parte da história da comunidade e, configuram-se em processos de uma prática social que educa; parte de uma rotina que caminha junto com eles todos os dias e por vezes passa despercebida por eles, como vem sendo frisado no decorrer deste capítulo.

São aprendizados a respeito do reconhecimento de sua identidade quilombola, do ser quilombola, ou seja, realizam as atividades laborais e culturais, fazem circular costumes e ritos, trocam informações e aprendizagens, reproduzem seus saberes locais, mas desconhecem o sentido e o significado que toda essa produção cultural e educativa pode servir aos saberes escolares das disciplinas, potencializando o ensinamento das regras que devem ser seguidas e obedecidas, por exemplo, no modo de pescar, de fazer a farinha, de se comportar em outros ambientes fora dali do seu local de moradia que são ensinados em casa pelos familiares. É importante continuar potencializando as produções culturais como uma forma de valorar os saberes locais enquanto uma dimensão pedagógica própria da comunidade. Dimensão pedagógica importante no sentido de valorar o tempo da vida, o tempo do aprender brincando, o tempo do trabalho produtivo fazendo frente a muito da lógica capital que todos os dias grita em deter mentes e corações.

Esta produção cultural encontra-se diluída/espraiada no território quilombola de Jambuaçú no município de Mojú, na comunidade quilombola São Bernardino. Neste sentido podemos considerar que a educação quilombola é um tipo de endoeducação, pois consiste na educação que vem de um determinado grupo étnico, de uma determinada lógica de pensar-fazer-

agir, elucidando uma experiência educativa vindas assentada no aprendizado adquirido tradicionalmente e, que tem servido a problematização da realidade social e do bem viver para as pessoas da comunidade.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: APRENDIZADOS DA COMUNIDADE À ESCOLA

Neste capítulo o esforço é estabelecer uma relação entre a educação quilombola e a escolar, tomando o que se encontra ditado enquanto política educacional e as práticas sociais do povo quilombola da comunidade São Bernardino. Quanto às práticas sociais do povo no âmbito da educação quilombola na comunidade buscamos elucidar e compreender o que tais práticas podem ajudar na problematização do currículo escolar, eminentemente no diz respeito ao trato pedagógico, por isso pauta-se aqui o como se materializa, se relaciona, se tenciona da educação quilombola da comunidade com a educação escolar quilombola, suas implicações ou não. Até porque tomando o autor que nos auxilia nessas reflexões Brandão (1981), ele acentua que todos os saberes locais envolvem situações pedagógicas, e enfatiza que a escola é o local onde esses saberes são regularizados, ou seja, são formalizados por uma pedagogia, no entanto ele diz que não existe lugar próprio para que aconteça a educação, sendo possível acontecer de várias formas e vários lugares.

2.1 Sobre a Educação Quilombola

Sobre a dimensão pedagógica (Brandão, 1981) adverte sobre as relações e situações vividas por pessoas de uma determinada comunidade cuja ensinar e aprender está presente no cotidiano, de forma informal e até invisível. No caso, da comunidade pesquisada existem saberes advindos da produção cultural como o ato do lazer, as reuniões comunitárias, as atividades agrícolas e a pesca, mais as atividades religiosas; todas elas transmitem e são ditadas por uma dimensão pedagógica. No lazer, por exemplo, em um jogo de futebol se observa que há um jeito próprio de organização do grupo e da forma que evidenciam as regras, certa padronização de definição da participação. Assim como nas reuniões comunitárias que são usados livros, atas, uma forma de linguagem, formas de fazer anotações, cujos elementos são muito bem compreendidos a até aprendidos e/ou ensinados pelos que dela participam.

Nas atividades agrícolas visualizamos o planejamento para fazer uma roça, que abarca desde a escolha do mês apropriado tendo em vista as chuvas e o verão intensos; o melhor local para o plantio e a extensão de terra; os dias que serão necessários para fazer tal produção, o quantitativo de pessoas para as atividades bem como os utensílios a serem utilizados como motosserras no processo de desmatamento da área onde será feita a roça. Enquanto a roça está amadurecendo as pessoas vão se organizando para o período da colheita da mandioca e, para isso vão confeccionando materiais que irão precisar para este trabalho como o paneiro, a peneira utilizados na *fazição* da farinha.

Na pesca as pessoas fazem seus materiais de forma artesanal, como a camina¹⁶ e o maçar¹⁷, para outras formas elas compram os utensílios que são juntados com os da própria região como a malhadeira¹⁸, esta é comprada na cidade ou nas mercearias da comunidade. As pessoas que atuam diretamente na pesca sabem quando as águas vão encher e quando vai baixar, sabem o período que está bom para pescar de anzol, de caniço, de malhadeira, de camina e de maçar e, ainda, sabem dos locais aonde há a probabilidade de pescar mais peixes. Elas são atentas às fases da lua, quando é o caso de pescar a noite quando não favorece a pescaria. Tal descrição evidencia toda uma forma de pensar, de articular ideias, de agir diante da natureza e entre pessoas, todo um encaminhamento de sobrevivência para manutenção da vida social.

Nas festas religiosas é feito a contagem dos dias que acontecerá a festividade levando em conta cada etapa de sua realização bem como fazem uma seleção atenciosa da aparelhagem de som¹⁹ que tocará no último dia da festa, isto é, há toda uma produção de cronograma e de orçamento financeiro para as despesas com som, de comidas e bebidas e dos demais materiais utilizados durante o festejo. Os organizadores gestam a festividade no âmbito religioso e profano, sempre tomando cuidado quanto a aspectos da cultura local como o tempo, a culinária, a música, as rezas, as procissões.

Podemos dizer as produções culturais são o alicerce da educação quilombola da comunidade e, que seus participantes estão em constante processo de experiências educativas que passam por diferentes dimensões da vida humana tais como: individual, afetiva, cognitiva, social; por dimensões que põe em pauta relações entre família-vizinhança, saber-poder, individual-coletivo etc. Presencia-se pelas experiências cotidianas processos educativos próprios que subjazem valores, rituais, aprendizagens. Nos termos de BRANDÃO (1981, p.7).

O que vimos acontecer até aqui, formas vivas e comunitárias de ensinar-e-aprender, tem sido chamado com vários nomes. Ao processo global que tudo envolve, é comum que se dê o nome de socialização. Através dela, ao longo da vida, cada um de nós passa por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber-e-habilidade.

As descrições das produções culturais da comunidade evidenciam diversos processos de ensinar-e-aprender que ratificam uma dada educação quilombola sob uma perspectiva

¹⁶ Camina, é um tipo de armadilha feita com as talas do guarumã, confeccionada como se fosse um funil e é colocado dentro da água. O guarumã é uma planta que nasce perto dos igarapés.

¹⁷ Maçar, armadilha artesanal feita com a árvores do tucumanzeiro. A árvore é derrubada, cortada em pedaços, feito um furo dentro transformando-a em uma espécie de cano que é colocada sobre um suporte de madeira dentro da água com iscas para atrair os peixes, prendendo-os ali.

¹⁸ Malhadeira: tipo de armadilha quadriculada de nylon que variam em extensão de cinco, dez, quinze e vinte metros. Geralmente é colocado nas entradas dos córregos e igarapés e, também às margens dos rios mais extensos e largos para prender os peixes que vão entra ou sair dali.

¹⁹ Na linguagem paraense aparelhagem é um conjunto de artefatos eletrônico que são usados para tocar músicas dançantes em festas. Elas podem ser de grande ou médio porte.

informal, pois na prática cotidiana eles planejam, reinventam modos de agir/pensar, põe em uso habilidades e técnicas de produção dos materiais que são necessários para suas ações tanto agrícolas, de pesca ou religiosas.

Portanto, todos os saberes da comunidade que ressoam nas produções culturais contribuem na formação humana das pessoas porque em cada atividade dessa há uma pedagogia presente. Tais saberes envolvidos envolve aspectos geográficos, matemáticos, sustentáveis e históricos, sendo interessante perceber o valor que tem esses saberes para a produção cultural de uma comunidade. Os resultados dessa produção cultural feita de forma coletiva ou individual lhes trazem o sustento e, somando-se a isso existe também uma relação entre educações, entre a pedagogia dentro e fora da escola. Entre uma pedagogia comunitária e a fora da escola e vice-versa. Podemos dizer parafraseando o autor, existe uma endoeducação que faz circular os saberes, que faz com que aprendam e ensinam em um movimento de socialização no e do grupo. Que faz com que a vida não seja pautada tão somente no lucro, mas na convivência e bem viver das pessoas, de um modo mais coletivo e interativo de gentes.

Dessa forma, podemos dizer que a educação não se desvincula daquilo que pode parecer uma simples atividade na qual as pessoas estão acostumadas a fazer no cotidiano. De acordo com Brandão (1981, p.43).

[...] a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

O autor nesta citação discorre sobre o que acontece com os processos educativos que são adquiridos no cotidiano da prática social de um determinado grupo e, cuja produção cultural se faz com os saberes da comunidade. Assim, ao trazermos para a análise esta citação voltada ao *locus* da pesquisa, podemos inferir que a educação quilombola da comunidade de São Bernardino é resultante de experiências familiares e comunitárias, sendo oxigenada e propagada pelo circuito dos muitos aprendizados e ensinamentos entre os mais velhos com os mais jovens, entre adultos e crianças, entre lideranças e moradores, entre pessoas da comunidade e os de fora; entre o diálogo, ainda que incipiente, com a escola quilombola. Esta educação quilombola, inclusive precisa ser problematizada dentro da escola. Por isso, nesta produção pautaremos, ainda que de forma incipiente, na sequência.

Num dos momentos de trabalho de campo, estive centrada em observar o cotidiano da escola, e é desse momento que relato um pouco do que pude ver e ouvir. Era um dia de aula ao observar as crianças da Educação Infantil durante o momento de recreação em uma manhã, foi possível perceber que um menino fazia montagens com peças de cubo. Ao ser questionado

sobre o que fazia ele respondeu que estava fazendo a casa dele, sendo que sua montagem demonstrava ser uma casa com três compartimentos. Tal situação ilustra o quanto a criança traz do saber comunitário e do convívio familiar para a escola, confirmando assim o quanto as educações se interligam e, o papel fundamental que a educação de casa tem diante das ricas experiências e, que pode ser útil à educação escolar. Na visão de Brandão (1981, p.3):

A criança vê, entende, imita e aprende coma sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. São também situações de aprendizagem aquelas em que as pessoas do grupo trocam bens materiais entre si ou trocam serviços e significados: a turma de caçada, no barco de pesca, no canto da cozinha da palhoça, na lavoura familiar ou comunitária de mandioca, nos grupos de brincadeiras de meninos e meninas, nas cerimônias religiosas.

São situações como essa, de aprendizagem, oriundas das experiências vividas no seio familiar e comunitário, oriundas de uma pedagogia que vem muito antes do contato da criança com o mundo escolar que precisa ganhar visibilidade e atenção por parte da escola e, o professor, na condição de educador que também aprende ao ensinar, principalmente quando ele não faz parte da comunidade, buscar interagir com os saberes da comunidade até porque se parte da ideia de que os conhecimentos que ele tem não são os mesmos que os alunos já possuem. Nessa direção a escola torna-se viva, plural, problematizadora do próprio saber e que valoriza todos os conhecimentos presentes na humanidade.

2.2 A educação escolar quilombola e a luta do povo

Neste item a ênfase é elucidar um pouco da história de luta dos negros e/ou quilombolas por educação e, depois, por educação escolar quilombola.

Nos tempos do Brasil escravocrata a educação era negada aos negros, por serem considerados uma ameaça às outras pessoas da sociedade. Posteriormente, mesmo com a escravidão abolida do Brasil as lutas do povo negro continuaram pela garantia dos seus direitos e, essas conquistas vieram de forma bem lenta pelas autoridades políticas. A luta pela educação escolar para o povo negro foi vista como uma forma de se tornarem independentes, de ocuparem um lugar na sociedade e, também uma forma de viver melhor através dos estudos. O fato é que a exclusão dos negros do acesso à educação perdurou por muito tempo e era proibido pela lei nº 14 de 22/12/1837 (art. 3º).

São proibidos de frequentar as escolas públicas:

§ 1º todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas.

§ 2º Os escravos e os pretos africanos, ainda que libertos por serem considerados sujeitos e portadores de doenças infecciosas, os negros escravizados e libertos.

Reiteramos que a exclusão dos negros na sociedade brasileira é histórica e, isso tem refletido na contemporaneidade apesar de já termos acesso há algumas políticas públicas, as

quais são oriundas de muitas lutas e mobilizações. Por isso, ainda hoje presenciamos questões de preconceito racial, de injúrias e toda forma de injustiça com o negro e o quilombola, ainda que não seja tão somente esse o motivo, mas esses são demasiadamente contundentes. Não é à toa a dificuldade explícita de garantir a participação efetiva desses sujeitos na agenda pública de modo geral e, também a dificuldade de acesso aos bens materiais e imateriais que este povo tem direito. Em se tratando de educação escolar, esta sempre foi uma luta e reivindicação antiga junto ao estado brasileiro. Especialmente com esta definição de Educação escolar Quilombola é recente. “A Educação Escolar Quilombola foi implantada a partir de discussões no campo educacional iniciadas na década de 1980, dotada de forte mobilização e visando à reconstrução da função social das escolas que atendem essas comunidades” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p.207), sendo dedicada às populações negras rurais que contribuíram muito para a conquista de direitos e, em especial para fazer com que ela de fato acontecesse na prática. Inclusive, ainda hoje é a questão principal fazer com que sua efetivação seja de qualidade referencialmente justa e social para os seus participantes.

Temos também outras legislações que referendam a questão quilombola como a Lei nº 10.639/2003 que alterou LDB 9.394/96 para que estabelecesse as diretrizes e a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira”. A convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT) que declara os direitos das comunidades indígenas e tribais como a igualdade, direito à educação, a cultura e outros.

Ela, a educação escolar quilombola no Brasil, foi reivindicada mediante as muitas lutas sociais situadas por suas representações junto ao governo federal²⁰. Com base em tais lutas, em 2012, foi regulamentada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola, cuja ideia é o direcionamento para a educação básica no sentido de garantir a especificidade local, territorial, cultural e educacional dentro dos embasamentos que situam as identidades e processos de uma comunidade ou povo quilombola, levando em conta as tradições e de todo o patrimônio cultural existente nas comunidades e/ou quilombos. Os líderes das comunidades lutaram por uma política educacional que atendessem aos remanescentes de quilombos em específico, com a inserção e enraizamento étnico e cultural no currículo escolar, isto é, que buscasse articular cultura e educação, nos termos do que afirma Brandão (1985).

²⁰ Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Centro de estudo e defesa do negro (CEDENPA), MALUNGU (Palavra de origem africana que significa companheiro). Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

As diretrizes curriculares da educação escolar quilombola garantem que essa educação seja pautada nos costumes, valores sociais, produção cultural, festejos, tradições, suas histórias e a economia dos territórios. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, empreenda uma prática educativa que valorize o saber e fazer sustentável, o trabalho com a terra e os demais recursos da natureza, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Portanto, a escola precisa construir seu próprio currículo, seu projeto político pedagógico (PPP), avivar os espaços-tempos de aprender e ensinar pautado na vida produtiva e cultural da comunidade em que a escola está inserida. Precisa fazer adequações ao calendário letivo e nos temas curriculares levando em conta o saber existente na comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize.

Propõe-se nas diretrizes uma gestão escolar assentada na democracia com a participação ativa de lideranças comunitárias bem como um profícuo movimento de autonomia visando cada vez mais que sua gestão atue frente ao sistema de ensino para a garantia de uma escola em condições concretas efetivas, o que significa considerar a sua especificidade como quilombola, assim também como se faz importante que os gestores sejam de dentro da comunidade quilombola.

A construção do PPP e da proposta curricular da escola é vital para o exercício de uma prática educativa mais direcionada e compartilhada com e por todos, assim tais elementos ratificam uma experiência educativa escolar com os moradores, professores, alunos e com a gestão escolar que têm papel importante na organização. A perspectiva de uma gestão escolar democrática é o profundo movimento de uma educação escolar quilombola cuja atuação pedagógica articule o saber da comunidade e o saber escolar, de modo que se problematize a condição humana na sociedade e na comunidade.

Tal discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores, para que estes sempre estejam prontos e, busquem relacionar os saberes locais com os saberes escolares (BRASIL, 2012).

Fica evidente as diretrizes para a educação escola quilombola instigam e orientam para a necessidade de se estabelecer uma relação entre a educação quilombola e/ou os processos produtivos socioculturais do lugar e a educação escolar quilombola posta em funcionalidade pela escola situada no lugar, considerando os diversos saberes trazidos do convívio familiar e comunitário dos estudantes e a garantia de condições mínimas para que os objetivos da educação quilombola se concretize.

Vale enfatizar que muitas comunidades quilombolas estão localizadas em contextos rurais e outras em áreas urbanas, fato este que credencia as diferenças nos modos de produzir

culturas, nos modos de produzir suas educações em práticas sociais comunitárias situadas nos territórios, conforme descrevemos anteriormente. Dentro dessa perspectiva a mobilização das organizações e movimento sociais de comunidade e povos quilombolas tem seu papel crucial quando se trata de um efeito radical e necessário à erradicação da desigualdade social e no que diz respeito à uma educação de qualidade para as populações negras e/ou quilombolas. Nesse sentido, o ganho educativo situa-se em não deixar que se perca a identidade cultural do lugar e suas gentes no currículo escolar. E, no caso das diretrizes, são direções que buscam problematizar tais questões, embora saibamos que é um currículo vivo, refletido pelos sujeitos que garantirá a efetividade das normas e meios institucionais.

Mesmo com toda intenção de mudança cuja diretriz nacional para o currículo é o de uma educação escolar quilombola assentada nos elementos e na identidade cultural do lugar, nas produções culturais e história do povo, sabemos que é árduo tal efetivação. Não é à toa os muitos casos de alunos que são moradores de comunidades quilombolas, estudantes de escolas urbanas e, que não se sentem contemplados nas discussões e pouco envolvidos com conteúdos escolares; pois eles veem seus saberes fora da sala de aula. Tal situação ocorre, inclusive, em escolas dentro das próprias comunidades quilombolas, portanto, a tarefa política é longa e árdua por parte de lideranças, de professores e do povo em geral no sentido de repensar os processos educacionais das comunidades quilombolas como elemento principal de seus projetos.

Vejamos na sequência como se processa a educação escolar quilombola da Escola São Bernardino, não tanto sob a ótica da escola, mas tomando as relações entre os saberes da comunidade e uma possível pedagogia escolar.

2.3 Educação escolar quilombola na comunidade quilombola São Bernardino

Neste item, busca-se refletir sobre a educação escolar quilombola da comunidade São Bernardino, o que significa dizer que se trata mais de pontos de vista situados fora da escola e, menos, do miudinho da mesma. Para isso, recorreremos as diretrizes legais e a atos normativos sempre problematizando a luz dos discursos, posicionamentos e formas de atendimento na realidade escolar na comunidade.

Inicialmente, faz-se importante situar como se deu o processo de fundação da escola na comunidade São Bernardino por ser uma referência e parte dos saberes da comunidade, logo pode ser útil para pensar a escola de hoje.

A escola São Bernardino foi fundada na década dos anos 70 pela necessidade de educar o povo daquela época. Ao ser criada, funcionava na casa de um morador chamado Benício Almeida, sendo ele a pessoa que dava aula, foi o primeiro professor da comunidade. Com o passar do tempo as coisas foram fluindo e houve a exigência de

um prédio próprio para a comunidade visando trazer benefícios educativos e a melhoria educacional dos filhos dos agricultores. Em 1984, foi construído o primeiro prédio de madeira com apenas uma sala de aula dividindo os alunos em dois turnos, manhã e tarde. Em 1990, a comunidade foi sorteada no MEC com a construção de um prédio de alvenaria, de estrutura moderna contando com várias salas de aula, secretaria, banheiros cozinha etc. Hoje a escola atende cerca de 140 alunos desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental. Destaca-se que atua com professores, alguns qualificados e, outros, estão em formação (entrevista com a ex-professora da escola, 2018).

Fica explícito que a existência da escola é anterior ao reconhecimento do território e da associação como quilombola, nos situando que antes de existir educação escolar já estava em movimento na comunidade a educação quilombola, aquela que enfatiza a luta do povo por escola digna, aquela que ajudou a compreender a importância de educação de qualidade na vida do povo. Na temática sobre educação escolar para essas comunidades é preciso levar em consideração a sua condição como quilombola como já foi dito antes.

Para saber sobre a institucionalidade da escola quilombola do território dialogamos com uma professora efetiva da rede municipal, cuja função é de coordenadora técnica de educação para as relações étnico-racial na Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Durante o diálogo ela destacou a importância da lei nº 10.639/03²¹ que ainda não é praticada, mesmo sendo a direção de seu trabalho na Secretaria. Agora, quanto a alguma documentação específica, orientação para as escolas, ela diz que já tentou colocar essa proposta em reuniões na secretaria de educação, mas até o momento não foi acatada.

Sabemos que o currículo escolar é um território em disputa e como um campo vasto de significações, suscita para a escola um lugar de construção coletiva em que as pessoas com seus saberes precisam ser considerados, conforme assinala as diretrizes. Outro enfoque, dos saberes locais, presente na comunidade, são resultantes da produção cultural viva e que não se distanciam dos saberes escolares, pois dentro de cada produção cultural há uma dimensão pedagógica. E, no caso da escola o currículo deve ser interdisciplinar para poder resgatar os saberes adquiridos na dimensão do trabalho, do lazer, e das atividades comunitárias, na convivência familiar tornando o que podemos chamar de saberes da comunidade à escola, ou seja, uma pedagogia vista sob diversas dimensões, como a cultural, a política e acadêmica.

No caso da escola São Bernardino, em se tratando da relação dos saberes da comunidade com os saberes escolares dialogamos com outra professora, moradora da comunidade em processo de formação cursando Licenciatura em Pedagogia, a qual se identifica como quilombola. Em seu relato, informou que é a primeira vez que está dando aulas para o Ensino

²¹ Tal lei garante o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Fundamental, classe multisseriada²², afirmando que “É uma experiência nova, **mas assim como ela vai repassando um pouco do que sabe, ela aprende também**” (entrevista em 2019, grifos meus).

Essa fala resume o que Brandão (1981, p.3) defende, que o professor não é o único praticante do que ensina, ele também aprende com seus educandos ao mesmo tempo em que desempenha o papel professor, ou seja, há uma troca de conhecimentos entre os sujeitos também na escola como ocorre na educação da comunidade em que adultos transmitem saberes aos pequenos e vice-versa.

De algum modo, os saberes que as crianças trazem de casa tem contribuição para as atividades gestadas em sala de aula, as experiências e significações trazidas servem para refletir o currículo da escola, reforçando mais uma vez o que já foi dito sobre a dimensão pedagógica presente nos saberes da comunidade e de que aprendemos em muitos lugares e em diferentes modos de interação. Até porque,

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados (BRANDÃO, 1981, p.8).

O que acontece na educação é que ao entrar na escola a criança conta com a medição e o auxílio de um professor, preferencialmente pedagogo e habilitado com uma formação cujo teor é o de ter habilidades para desenvolver metodologias ativas, de forma que possa colocar em prática o que aprendeu para então contribuir na formação da criança. Este profissional precisa estar apto para ensinar e aprender também nessa relação entre educador e educando, levando em consideração os saberes locais em relação/mediação com os saberes escolares. Tal perspectiva relacional entre saber local e saber escolar, propiciará com certeza aprendizados da comunidade à escola para todos os envolvidos, que se coaduna com o respeito à diversidade, com a autonomia dos sujeitos, as interações entre grupos geracionais etc.; no que Brandão (2015), diz “aprendemos uns com os outros”.

Dessa forma a escola torna-se ensaísta como uma comunidade de aprendizes, pois cada sujeito traz consigo modos e jeitos de sua cultura trazem outros aprendizados e, na maioria das vezes isso se torna um problema por que os alunos não se sentem contemplados com os conteúdos dos conhecimentos científicos da pedagogia escolar e, ao mesmo tempo, a escola sucumbe da pauta curricular tais saberes, experiências, aprendizados. Portanto, a proposta

²² Multissérie é uma forma de organização na qual o professor ensina várias séries em uma mesma sala. Na turma da professora atende alunos do 1º, 2º e 3º ano.

curricular da escola precisa refletir e se organizar de forma que venha a contemplar todas as diversidades culturais existentes no ambiente escolar bem como as vozes dos sujeitos.

A escola quilombola baseando-se em sua proposta pedagógica tomando a dimensão pedagógica sob a mediação dos saberes da comunidade, se sintoniza com o que está pautado nas diretrizes curriculares. A professora da escola reflete essa questão, dizendo da necessidade de articular o que o aluno já conhece fora da sala de aula com a metodologia adotada por ela. Ao continuarmos a conversa, a professora discorre sobre quais os elementos da cultura quilombola que ela procura relacionar com os conteúdos científicos em sala de aula. Diz ela:

Ano passado a gente trabalhou com uma apresentação alusiva ao dia da Consciência Negra. Eu procurei e trabalhamos o Olodum com as meninas. Fizemos o canto, tem o hino dos quilombolas, ensaiamos com eles e, eles apresentaram lá na frente. Ficou tão bonito pra resgatar essa raiz que a gente já tem de muitos anos, porque muitas das vezes a família mesmo não fala sobre isso com as crianças e, elas não têm nem noção do que é o quilombola [...] eles perguntaram: se isso não é escravo não? Porque eu não sou quilombola, eu não sou preto (entrevista em 2019).

O depoimento e a explicação da professora demonstram o seu exercício de tentar articular a pedagogia escolar com a produção cultural a partir de sua metodologia dentro de sala de aula, também é perceptível em sua fala que algumas crianças desconhecem o sentido de ser quilombola e, de sua própria identidade independente da cor da pele, de que elas não sabem o que é pelo fato de nunca terem ouvido falar sobre, apesar de produzirem os saberes da comunidade em suas ações do cotidiano.

A iniciativa da professora junto das crianças é pontual para que, eles entendam e até se identifiquem como quilombolas, mas em aspectos de uma formação cidadã para que saibam lidar com esses assuntos como aponta as diretrizes ainda há um longo caminho a ser trilhado. Caminho este que por uma qualificada formação continuada, que passa pela construção de um projeto coletivo de escola quilombola, que passa pela construção curricular sedimentada na diversidade e aprendizado mútuo entre os que dela participam, pois a ação da professora embora seja significativa na comunidade quilombola ainda é necessário mais conhecimento. Por exemplo, todas as questões de aprendizado e das experiências dos estudantes, os processos formativos e habilidades do professor colocam em pauta no movimento de uma pedagogia eficaz, qualificada e diversa, a partir da ideia de circularidade entre conhecimentos.

Também, durante as observações realizadas na escola São Bernardino, algo que chamou a atenção foi um mural na escola contendo símbolos que transmitem os tempos da escravidão do Brasil, como duas mãos negras algemadas desenhadas. Bastante simbólico para a educação escolar quilombola, ao se empenhar em considerar as raízes históricas em suas narrativas curriculares no cotidiano escolar. No caso, se empenhar no debate, na luta que constrói se faz

também dentro da escola, levando em conta suas produções culturais locais, suas manifestações culturais e as religiosas. E, o fato de a professora se auto reconhecer como quilombola favorece a ela e aos alunos quando da tentativa de fazer as articulações entre os saberes.

Este mesmo assunto foi bastante ressaltado durante uma conversa com o presidente da associação quilombola²³, o mesmo nos relatou sobre a importância de os saberes da comunidade serem acrescidos e problematizados no currículo escolar porque dentro da comunidade tem muitos saberes e, senão for colocado em pauta, a cultura local pode ser desvalorizada. Ele falou também da importância de o professor ser de dentro do território quilombola, refletindo que não é um estado pronto e acabado, mas em constante mudança na identidade do professor, pois, pode-se vir a ter outro professor não quilombola e este seja sensível e qualificado as demandas sociais e culturais do lugar e da escolarização, justificando a importância da formação continuada deles.

Outro destaque da liderança foram as dificuldades dos professores quando ao deslocamento diário até a comunidade, ocasionando entraves ao processo pedagógico da escola. Tal situação pode ser refletida a partir das diretrizes, art. 8º, que trata dos princípios da educação escolar quilombola, quais sejam:

- IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
- V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p.6).

Observando os princípios da educação escolar quilombola colocados acima percebe-se que a escola quilombola São Bernardino dispõe de um diretor que é quilombola e reside próximo da comunidade e, duas professoras que são sócias da associação e também moradoras da comunidade, no entanto o processo de um currículo de educação quilombola ainda é devir, posto os desafios da própria identidade quilombola dos sujeitos do lugar, da busca de integração comunidade e escola, entre tantos outros aspectos. As diretrizes curriculares da educação quilombola define que a educação nas escolas quilombolas levam em consideração os valores culturais e étnicos, assim como requer também uma pedagogia diferenciada, formação continuada dos professores sejam eles pertencentes ou não da comunidade quilombola. A alimentação dos alunos que seja de acordo com a cultura deles e, os materiais didáticos específicos para serem trabalhados na escola

Nesse contexto, com base nas diretrizes e na luta do povo quilombola a perspectiva esperada é a de uma educação quilombola que possibilite uma educação escolar para além do

²³ Raimundo Rosa Nunes, presidente da associação.

seu espaço, para além e com a comunidade, para diálogos entre aprendizados e ensinamentos que estão na prática cotidiana das pessoas em seus modos de vida. Uma educação escolar para as comunidades quilombolas que integre e revigore condições adequadas de funcionamento e efetividade, a partir das necessidades reais dos sujeitos, de suas demandas sociais e, assim possa ter meios de colocar em exercício uma pedagogia de *circularidade do saber*²⁴.

Vale reiterar, não basta apenas que as comunidades ou as escolas serem reconhecidas em documentos e atos legais, ao contrário faz mister um atendimento o mais justo e qualificado no que diz respeito ao atendimento educacional, em diversos aspectos.

²⁴ Baseado no educador Brandão (1981) o termo diz respeito a um conjunto de relações e intertrocas dos saberes aprendidos no convívio entre crianças e adultos, que perpassam as gerações e, que pode ser a educação informal. Não é só na escola que aprendemos, mas também nas relações de troca de conhecimentos entre os mais novos e os mais velhos.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Esta pesquisa que teve como tema, as relações entre educações na comunidade São Bernardino, Mojú/PA, fixou seu objetivo em compreender como se materializa a educação quilombola dentro da Comunidade São Bernardino e suas implicações ou não para a educação escolar quilombola. Para isso, nos dirigimos a conhecer mais sobre a formação de quilombos no Brasil. No caso da comunidade, percorremos um caminho que atravessou da educação quilombola vivida até aos meandros de alguma reflexão sobre a educação escolar quilombola que se passa na Escola de São Bernardino. Buscou-se entender o processo produtivo cultural do lugar, as significações das pessoas de suas formas de vida, passando também pelo processo de alcançar a construção da escola na comunidade.

Outro enfoque, foi a busca das leis que amparam as comunidades quilombolas no Brasil, o auto reconhecimento de suas terras e a educação diferenciada levando em consideração sua condição de quilombola.

O tema teve grande importância para mim, pois me proporcionou conhecer um pouco mais da história de formação da comunidade, na medida em que foi possível conhecer como se processa a produção cultural e suas formas compartilhar os aprendizados.

Essa pesquisa me fez conhecer dados sobre os encontros que acontecem dentro e fora da comunidade, saber mais um pouco da pesca e da agricultura, das formas de religiosidade da comunidade, ajudou-me no estudo sobre o que seja a educação escolar quilombola e a luta do povo no contexto geral da educação quilombola no Brasil, entre outros aprendizados que me ajudarão nas reflexões de futura docente, no lugar.

Um dos dados que a rápida pesquisa evidenciou foram os desafios enfrentados pelo povo do lugar para tentar manter viva as produções culturais da comunidade, na medida em que são muito os embates com as mineradoras que chegam até a região, as quais estão centradas em seus projetos sem nenhuma preocupação com a vida dos moradores, acabam por devastar e impactar substancialmente a produção cultural da comunidade, nesse caso impactam a agricultura e a pesca, sem contar a poluição geral. Mesmo com os embates se faz notar no cotidiano da comunidade as pessoas lutando para manter vivas suas produções culturais, buscando cultivar os pequenos pedaços de terra que lhes restam para plantar visando a sua subsistência, assim também como a pesca é ainda uma prática, mesmo que tão somente para seu consumo.

Tais práticas sociais presentes na comunidade dão solidez ao que Brandão (1981) nos afirma, de que ninguém escapa da educação e, considerando uma perspectiva ampla de mundo,

educar sempre ocorre em práticas pedagógicas. Significa, portanto, que ensinar e aprender se atualiza no tempo, cada vez mais em constantes mudanças como os processos de luta enfrentados pela comunidade de São Bernardino.

Os processos educativos da educação quilombola se dão por meio da vivência e troca de experiências que são aprendidos entre os moradores de forma oral, e também de forma simbólica no sentido dão significações que atribuem as coisas, fatos e modos de ver e viver no mundo, cujos elementos decorrentes de tais significações são importantes na formação do sujeito como quilombola. A participação política de lideranças quilombolas em movimentos fora da comunidade e cujas experiências são trazidas para dentro do quilombo constituem-se modos de aprender-e-ensinar, pois ali compartilham com outros sujeitos os resultados da interação fruto dos movimentos, reforçando a luta pelos direitos.

São desafios que avivam os processos educativos presentes na comunidade: as lutas, as produções, as relações, as trocas, os modos de vida e, tais questões e modos educativos de lutas precisam se estender de modo radical na educação escolar, através de um currículo vivo.

Na educação escolar quilombola percebe-se o esforço de alguns educadores, especialmente com a tentativa de articular o trabalho de sala de aula com a condição de vida de cidadãos quilombolas embora com poucos resultados pontuais, até porque ainda não são postas as diretrizes da educação escolar quilombola em debate e menos ainda, na dinâmica curricular mais viva e refletida por todos. De todo modo, já buscam situar a categoria de “comunidade quilombola” aos que dela participam. Nesse caso, o papel da SEMED ganha relevância no sentido de ter a preocupação em colocar em prática as diretrizes, pautando o reconhecimento da escola como parte de uma comunidade quilombola, além da garantia de melhorias para a mesma, com formação continuada para os professores e gestores das escolas. O certo é que a escola quilombola São Bernardino enfrenta dificuldades para colocar em exercício as diretrizes que amparam a educação quilombola, por vários motivos entre os quais pode-se dizer a falta de apoio ou da aceitação da proposta pela secretaria de educação do município. Vemos que há uma tensão entre as duas educações que se fundamenta tendo vários aspectos envolvidos, situando alguns: a) o não reconhecimento por parte da secretaria de educação da questão identitária de uma escola como quilombola, ressoando por exemplo como a falta de uma formação específica para os professores sendo quilombolas ou não; b) inabilidade dos educadores com trato pedagógico fundamentado em uma relação orgânica entre os conhecimentos: saber local e saber escolar, c) inexistência de um empreendimento político da comunidade local, via Associação e lideranças constituídas, de reivindicarem junto a escola o direito de ter uma educação assentada nos princípios culturais e da tradição quilombola. Nestas condições vemos a dificuldade de se

colocar em prática a relação entre as educações, constituindo um nó a ser desatado, no sentido de fazer acontecer o diálogo entre a cultura local e o currículo escolar e, também reconhecer as educações dentro e fora da escola e a importâncias delas para a humanização do cidadão.

Na questão religiosa falam, os moradores, de um certo desinteresse por parte da juventude em não manter viva as tradições religiosas e, da parte das pessoas de mais idade há essa preocupação com as festividades.

Através da pesquisa, eu como moradora rural e quilombola, ajudou-me a conhecer coisas que eu só ouvia falar, mas nunca tinha lido e refletido sobre a história e o processo de conquistas das comunidades negras, mesmo tendo sido estudante da escola da comunidade e, ter ingressado na universidade por meio do processo seletivo especial para indígenas e quilombolas. Também me fez eu me reconhecer como quilombola, reconhecer-me dentro de uma história que se fez com a participação do povo, o que se constitui como processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In: Castro, E.; Hebete, J. (Orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Cadernos NAEA, Belém: UFPA, n. 10, p. 163-196, 1989.

ALMEIDA, A. W. B. _____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'dwyer, E. C. (Org.). Quilombos. Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002. p. 43-81.

ARRUTI, José Maurício Andion. Da Educação do Campo à Educação Quilombola: identidade, conceitos, números, comparações e problemas. **Raízes**, n. 31, v. 1, jan./jun. p. 164- 179, 2011. Acesso em abril de 2019. <https://www.suapesquisa.com>

BARTH, F. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Antro Política, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, n. 19, p. 15-31, 2005. Dossiê: Fronteiras e Passagens: Fluxos Culturais e Construção da Identidade. Acesso em abril de 2019: www.uff.br/revistasantropoliticadas.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, p. 11-28, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

SANTOS, Maria Roseli S. Saberes culturais, memória e identidade social em tempos de modernidade.

BOSI, E. **Cultura e desenraizamento**. In: Bosi, A. Cultura brasileira. Temas e situações. São Paulo: Ática, 2002. p. 13-41.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**, ano 20, nº. 35, jan./abr. de 2017.

CARVALHO, Edgard de Assis. Saberes Culturais e educação do futuro. In: Complexidade e seus reflexos na educação. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>.

IPHAN. Artigos 215 E 216

LABACHE, L.; MARTIN, M.S. Fronteiras, Trajetórias e Experiências de Rupturas. **Revista**

Educação & Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 333-354, maio/ago, 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso: 02/08/2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da Territorialidade. Brasília: UnB, 2002. Disponível em: <http://nute.ufsc.br>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P. U, 2012.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999 p. 15-26.

SOUZA, Márcia L. A. de, GUSMÃO, Neusa M. M. de. Identidade quilombola e processos educativos presentes num quilombo urbano: o caso do Quilombo brotas. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v.1, n. 1 (1998), p. 75-93, 2010.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____ (Org.). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: LGE Editora e Paralelo 15, 2006. P. 29-82

VELHO, G. **Classes e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VESTENA, Carla Luciane Blum; RIBEIRO, Débora. O movimento negro, a lei. 10.639/03 e a educação escolar quilombola. Unicentro Grupo de Trabalho-Cultura, Currículo e Saberes. Educação Escolar Quilombola.

ANEXOS

ANEXO A – CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO QUE AUTODEFINI A
COMUNIDADE COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

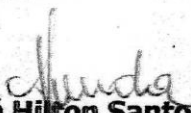
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

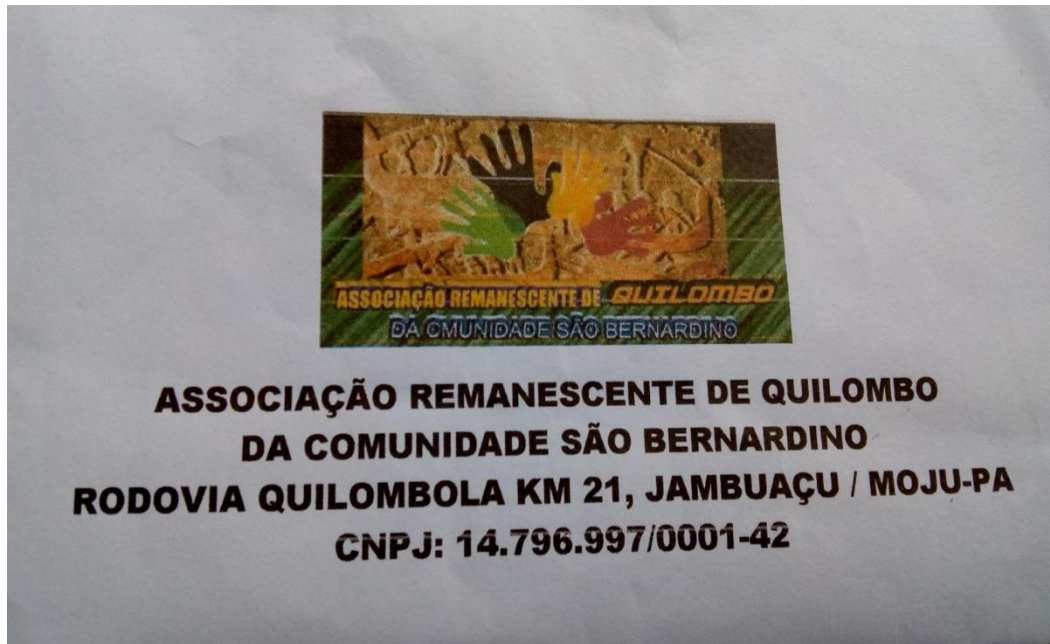
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.007673/2013-35 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE BOM JESUS CENTRO OURO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E SÃO BERNADINHO**, localizada no município de Moju/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 015, Registro nº 1.904, fl.122, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**


Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.), , Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **13 de junho de 2013.**

O referido é verdade e dou fé.



José Hilton Santos Almeida
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

ANEXO B - SLOGAN DA ASSOCIAÇÃO**ANEXO C – SENHORA NAZARITA****Dona Nazarita**

ANEXO D-TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE TERRAS (ITERPA)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ



REGISTRO DE IMÓVEIS
ARCA DE MOJÚ
REGISTRAD

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, outorga a **COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE CENTRO OURO**, através da **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE BOM JESUS CENTRO OURO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS e SÃO BERNARDINO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **05.982.968/0001-84**, área de terras localizada no município de **MOJÚ - ESTADO DO PARÁ**.

Livro:
Folha:

000141184

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **SIMÃO JATENE** e o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, representado pela sua Presidente, **ROSYAN CAMPOS DE CALDAS BRITTO**, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 265, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/ 1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 - ITERPA, RECONHECE O DOMÍNIO de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da Comunidade de CENTRO OURO, no município de **MOJÚ**, expedindo TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO, gravado com CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE, em nome da **COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE CENTRO OURO**, através da **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE BOM JESUS CENTRO OURO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS e SÃO BERNARDINO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **05.982.968/0001-84**, representada pela senhora **Maria do Carmo Coimar Amaral**, portadora da R.G. nº **3.746.647 - SSP/PA**, sua representante legal. A área de terras objeto deste reconhecimento, foi apurada na demarcação administrativa através dos processos nº **2001/331116**, nº **2001/331107** e nº **2001/331101**, localizada no município de **MOJÚ**, com área total de **5.243,1409 ha**, perímetro de **46.765,97 m**, forma de um polígono **IRREGULAR** de 60 lados, tendo como limites e confrontações: **Ao Norte**: Do marco M-98, seguindo com uma distância de 890,02m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-100, seguindo com uma distância de 493,13m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-101, seguindo com uma distância de 318,30m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-102, seguindo com uma distância de 185,64m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-103, seguindo com uma distância de 263,19m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-104, seguindo com uma distância de 266,67m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-105, seguindo com uma distância de 546,26m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-106, seguindo com uma distância de 840,64m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-107, seguindo com uma distância de 396,43m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel chega-se ao M-108, seguindo com uma distância de 723,50m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-109, seguindo com uma distância de 497,53m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-110, seguindo com uma distância de 584,19m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-111, seguindo com uma distância de 633,72m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-112, seguindo com uma distância de 283,88m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-113, seguindo com uma distância de 933,08m, confrontando com terras do Centro Comunitário São Miguel, chega-se ao M-114, seguindo com uma distância de 1.149,69m, confrontando com o travessão do Paulo, chega-se ao M-115, seguindo com uma distância de 1.457,24m, confrontando com o travessão do Paulo, chega-se ao M-116, seguindo com uma distância de 197,88m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Jambuaçu, chega-se ao vértice PG-3, seguindo com uma distância de 369,63m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Jambuaçu, chega-se ao vértice PG-4, seguindo com uma distância de 315,01m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Jambuaçu, chega-se ao vértice PG-5, seguindo com uma distância de 522,27m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Jambuaçu, chega-se ao vértice PG-9, seguindo com uma distância de 667,93m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Jambuaçu, chega-se ao M-117, seguindo com uma distância de 2.060,37m, confrontando com terras da empresa Marborges, chega-se ao M-119, seguindo com uma distância de 718,28m, confrontando com terras da empresa Marborges, chega-se ao M-129, seguindo com uma distância de 391,36m, confrontando com terras da empresa Marborges, chega-se ao M-130, seguindo com uma distância de 1.063,44m, confrontando com a banda ocidental do ramal Santana do Baixo, chega-se ao M-131, seguindo com uma distância de 1.300,58m, confrontando com terras de Maria de Nazaré da Silva Correa, chega-se ao M-132, seguindo com uma distância de 1.294,17m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Traqueteua, chega-se ao vértice IG-2, seguindo com uma distância de 837,54m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Traqueteua, chega-se ao M-138, seguindo com uma distância de 459,12m, confrontando com terras da comunidade Santana do Baixo, chega-se ao M-139, seguindo com uma distância de 932,11m, confrontando com terras da comunidade Santana do Baixo, chega-se ao M-124, seguindo com uma distância de 1.477,95m, confrontando com terras da comunidade Santana do Baixo, chega-se ao M-18. **A Leste**: Do M-18 seguindo com uma distância de 1.467,52, confrontando com terras da Comunidade Remanescentes de Quilombos de Santo Cristo chega-se ao M-1, seguindo com uma distância de 963,86m, confrontando com terras da Comunidade Remanescentes de Quilombos de Santo Cristo, chega-se ao M-21, seguindo com uma distância de 853,90m, confrontando com terras da Comunidade Remanescentes de Quilombos de Santo Cristo, chega-se ao M-22. **Ao Sul**: Do M-22 seguindo a uma distância de 1.125,98m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-120, seguindo com uma distância de 213,83m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-121, seguindo com uma distância de 269,71m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-122, seguindo com uma distância de 599,84m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-123, seguindo com uma distância de 780,58m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-125, seguindo com uma distância de 715,07m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-126, seguindo com uma distância de 578m, confrontando com terras da Comunidade de Santa Luzia, chega-se ao M-127, seguindo com uma distância de 1.147,57m, confrontando com a margem direita do igarapé Sasutinga, chega-se ao M-80, seguindo com uma distância de 185,62m, confrontando com terras da empresa Mar borges chega-se ao M-81, seguindo com uma distância de 372,50m, confrontando com terras da empresa Marborges chega-se ao M-82, seguindo com uma distância de 3.467,77m, confrontando com terras da empresa Marborges chega-se ao M-83, seguindo com uma distância de 326,76m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Carateua chega-se ao M-85, seguindo com uma distância de 690,65m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Carateua, chega-se ao vértice IG-4, seguindo com uma distância de 1.133,01m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Carateua, chega-se ao vértice IG-3, seguindo com uma distância de 314,60m, confrontando com a margem esquerda do igarapé Carateua, chega-se ao M-91, seguindo com uma distância de 91.272,30m, confrontando com terras de Raimunda Maciel chega-se ao M-92, seguindo com uma distância de 1.136,38m, confrontando com terras de Manoel Juraci chega-se ao M-93, seguindo com uma distância de 574,62m, confrontando com terras de Manoel Juraci chega-se ao M-94, seguindo com uma distância de 783,50m, confrontando com terras da comunidade Santa Luzia do Puacó chega-se ao M-95, seguindo com uma distância de 878,90m, confrontando com terras da comunidade Santa Luzia do Puacó, chega-se ao M-96. **A Oeste**: Do M-96, seguindo com uma distância de 432,62m, confrontando com a margem direita do igarapé Tapocai chega-se ao vértice IG-1, seguindo com uma distância de 211,80m, confrontando com a margem direita do igarapé Tapocai chega-se ao M-98. **Descrição topográfica**: Partindo do marco M-114; definido pela coordenada geodésica de Latitude 1°50'54,32" Sul e Longitude 48°36'24,21" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.795.514,132m Norte e 766.262,551m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, seguindo com uma distância de 1.149,69m e com o azimute plano de 145°10'34" chega-se ao M-115; deste, seguindo com uma distância de

3 m

APÊNDICE – TERMO DE CONSENTIMENTO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
 Rua da Angélica s/n.º - Mutirão - Fone/Fax: (91) 3751-1107
 ABAETETUBA – PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo (informações, relatos, depoimentos, fotografias etc) referente a pesquisa com o título provisório: Relações entre educações: processos educativos da educação quilombola da Comunidade de São Bernardino, Mojú-Pa, investindo na realidade local no que tange a reflexões sobre a questão sociocultural, organizativa, comunitária e coletiva enquanto os processos educativos de uma educação quilombola e, que podem ser refletidos no currículo escolar. A investigação é parte substancial do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em fase de finalização da acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Polo Acará Damares Santos Maia, devidamente matriculada nesta Instituição de ensino.

Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Eliana Campos Pojo a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail elianapojo@ufpa.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos de estudo e que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores e/ou seus orientadores.

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Acará, 14 de março de 2019.

Assinatura do (a) participante

Assinatura da proponente/orientanda
 Assinatura do Orientador

Assinatura do (a) testemunha (a)
